

# **Relatório Anual de Atividades e Autoavaliação 2018**

**Agência Portuguesa do Ambiente**

## Ficha Técnica

**Título:** Relatório Anual de Atividades e Autoavaliação da Agência Portuguesa do Ambiente 2018

**Editor:** Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA)

**Data de Edição:** Abril de 2019

**Coordenação Global:** Conselho Diretivo da APA

**Coordenação Técnica e Edição:** Departamento de Estratégias e Análise Económica (DEAE)

## Índice

<b>RESUMO</b> .....	<b>4</b>
<b>AUTOAVALIAÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>1. Objetivos da APA para 2018</b> .....	<b>9</b>
1.1 Objetivos Estratégicos .....	9
1.2 Objetivos Operacionais .....	9
1.3 QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização 2018.....	10
<b>2. Recursos Humanos e Financeiros</b> .....	<b>11</b>
2.1. Recursos Humanos .....	11
2.2. Recursos Financeiros .....	12
Orçamento da receita .....	12
Orçamento da despesa .....	13
<b>3. Atividades</b> .....	<b>15</b>
3.1. Recursos Hídricos .....	15
Gabinete de Segurança de Barragens .....	19
ARH Norte .....	20
ARH Centro .....	21
ARH Tejo e Oeste.....	22
ARH Alentejo .....	23
ARH Algarve.....	25
3.2 Litoral e Proteção Costeira .....	26
3.3 Resíduos .....	27
3.4 Alterações Climáticas, Ar e Ruído.....	29
3.5 Avaliação, Gestão e Licenciamento Ambiental .....	31
3.6 Economia Circular.....	36
3.7 Temas transversais .....	37
Educação ambiental .....	37
Comunicação e Atendimento.....	37
Atividade internacional .....	38
Transformação digital.....	40
Planeamento e Resposta à Emergência .....	41
Rede laboratorial e LRA .....	42
Fiscalização .....	43
Auditoria.....	43
Proteção de Dados Pessoais.....	43
<b>4. Anexos</b> .....	<b>44</b>

## RESUMO

2018 foi mais um ano de intensa atividade da APA que, no desempenho das suas competências legais e em apoio ao governo, permitiu atingir praticamente todos os objetivos preconizados – com exceção de alguns objetivos ao nível de plano de investimento fruto de conhecidas restrições orçamentais.

Em termos de principais desafios, sem dúvida que 2018 ficou marcado pelos fenómenos de poluição no rio Tejo, consequência do período de seca que o país viveu durante 2017 e inícios de 2018 e pela atividade industrial que não se adaptou atempadamente à mudança de características e capacidade de carga do rio Tejo. Esta situação foi corrigida de forma decisiva – sob a liderança do governo – e permitiu repor a qualidade da água no rio e reajustar o quadro de licenciamento. A APA superou este desafio de forma decisiva e aprendeu sem dúvida as lições relevantes para o futuro.

No âmbito das **alterações climáticas**, a APA focou a sua atividade no desenvolvimento do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, com apresentação pública dos primeiros resultados em dezembro de 2018 e lançamento da respetiva consulta pública. Elaborou também o Plano Nacional de Energia e Clima 2030, tendo sido submetido à Comissão Europeia em dezembro de 2018, e o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), sujeito a consulta pública em novembro de 2018. Prosseguiu também com a implementação do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC2020/2030) e com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC2020), bem como com a consolidação do enquadramento legal a nível europeu para o período 2021-2030.

Em termos de **recursos hídricos** a APA desenvolveu, como habitualmente, uma extensa atividade, com óbvio destaque para a análise e gestão da situação de seca e posterior implementação de medidas para atenuar os seus efeitos. Salientam-se as avaliações regulares das disponibilidades hídricas subterrâneas e superficiais e a co-coordenação técnica da Comissão Interministerial para a Seca e a coordenação da Comissão de Gestão de Albufeiras.

Como referido, é de destacar a atividade relativa ao combate a fenómenos de poluição – tipicamente com maior propensão em situações de escassez, como particular enfoque no rio Tejo. Neste sentido, foi intensificado o acompanhamento, monitorização e fiscalização. Sem embargo, no caso do rio Tejo, a situação revelou-se problemática, em particular na área de Vila Velha de Ródão e na barragem do Fratel, com um pico de poluição em inícios de 2018 e a necessidade de levar a cabo, ao abrigo do princípio da precaução, de medidas urgentes e extraordinárias.

Em termos de planeamento, foram elaborados os relatórios de avaliação intercalar da implementação das medidas para as oito regiões hidrográficas dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Continente. No âmbito do 3.º ciclo de planeamento da Diretiva-Quadro da Água, procedeu-se à harmonização de procedimentos para a implementação articulada dos programas de monitorização, para melhorar a avaliação do estado das massas de águas superficiais e subterrâneas, e realizou-se a primeira fase do 3.º ciclo, com elaboração do calendário e programa de trabalhos colocado à participação pública a 21 de dezembro de 2018.

Ao nível da implementação da Diretiva de Avaliação dos Riscos de Inundações procedeu-se à avaliação preliminar dos riscos de inundações, com a identificação dos locais mais expostos a riscos significativos associados a eventos de inundação, para as oito regiões hidrográficas do Continente, correspondendo à primeira fase do 2.º ciclo de planeamento desta Diretiva. Foram ainda elaborados relatórios de avaliação

intercalar das medidas definidas em cada região hidrográfica no âmbito dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) em vigor, embora não constituísse uma obrigação comunitária.

No âmbito do **litoral e proteção costeira**, a APA coordenou a implementação do Plano de Ação Litoral XXI, com vista à gestão sustentável das zonas costeiras, reviu os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, procedendo à elaboração dos novos Programas da Orla Costeira (conclusão do POC Alcobaça-Cabo Espichel e participação na elaboração dos POC de Caminha-Espinho, Espichel-Odeceixe e Odeceixe-Vilamoura). Procedeu-se também à implementação e desenvolvimento do Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental (COSMO) e do Projeto “Caracterização de Manchas de Empréstimo na Plataforma Continental para Alimentação Artificial de Troços Costeiros” (CHIMERA), para além das diversas obras de intervenção nas zonas costeiras.

Em matéria de **resíduos**, salienta-se a elaboração do rascunho de Plano Estratégico de Resíduos Não Urbanos (PERNU 2030) e o apoio à revisão do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020+). A APA procedeu à coordenação técnica das negociações da Diretiva sobre Plásticos de Uso Único, no quadro da Estratégia Europeia dos Plásticos e coordenou o Grupo de Trabalho nacional sobre Plásticos. Participou também em vários estudos no âmbito dos resíduos, nomeadamente no que diz respeito à produção e gestão de resíduos perigosos a nível nacional; às embalagens colocadas no mercado; e ao mapeamento da recolha seletiva de biorresíduos. Elaborou ainda várias propostas de projetos legislativos no domínio dos resíduos: Projeto Unilex II; revisão da portaria e-GAR; preparação do diploma de execução do Regulamento do Mercúrio, entre outros.

Importa também destacar o tratamento dos dados e disponibilização de informação do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR), do Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU), das plataformas do Movimento Transfronteiriço de Resíduos (MTR) e do inventário de Bifenilos Policlorados (PCB). Salienta-se ainda a intervenção ao nível das situações de solos contaminados, com destaque para o município de Lisboa, designadamente no âmbito do licenciamento de operações de descontaminação de solos, e o acompanhamento da recuperação dos passivos ambientais industriais.

No âmbito da **economia circular**, deu-se continuidade ao desenvolvimento das ações previstas no Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) e foram estabelecidos “Acordos Circulares” com alguns sectores da atividade económica, com vista a fomentar a transição para uma economia circular.

No âmbito da **avaliação e gestão ambiental**, deu-se continuidade à manutenção, reformulação e modernização das redes de monitorização ambientais. Foi dada continuidade ao projeto POSEUR para a modernização do sistema de informação da qualidade do ar (QualAr) e reforço da rede de monitorização da poluição de fundo, e ao reforço da Rede Nacional de Alerta de Radioatividade (RADNET). Destaca-se ainda o início da preparação da Estratégia Nacional de Ruído Ambiente e do Programa Nacional de Controlo da Poluição Atmosférica e o início dos trabalhos relativos ao Plano de Comunicação em matéria de Qualidade do Ar. No que diz respeito à qualificação ambiental, refere-se a implementação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 e as atividades associadas ao Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) e ao Rótulo Ecológico.

Relativamente ao **licenciamento ambiental**, a APA administrou um vasto número de processos de licenciamento, que tramitam no módulo LUA, alojado no SILIAMB. Em 2018, foram efetuadas 9320 simulações no módulo LUA e foram submetidos 989 processos, tendo sido emitidos 392 Títulos Únicos de Ambiente (TUA).

Em matéria de **Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)** o ano de 2018 foi marcado pela coordenação de vários processos, designadamente o prolongamento das estações do Metro de Lisboa - linha circular, o Terminal do Barreiro, a ligação ferroviária entre Évora e Évora Norte, o IP5 - Vilar Formoso / Fronteira,

entre outros. Destacam-se ainda aspetos relativos à integração dos novos fatores ambientais no Regime de AIA e o início da implementação do Sistema de Qualificação dos Verificadores de Pós-avaliação. No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, salienta-se o acompanhamento das reprogramações dos Programas Operacionais e do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo.

2018 foi também o ano da implementação da **Estratégia Nacional de Educação Ambiental**, tendo sido apoiados 53 projetos através de um financiamento de 1,9 milhões de euros.

Em termos da **atividade internacional**, o universo abrangente de competências da APA tem como consequência uma atividade europeia e internacional muito exigente, que abrange o acompanhamento de *dossiers* no seio da UE (Conselho, Comissão, Agências), Nações Unidas, OCDE e outras organizações internacionais. Em 2018 ocorreu a reeleição do presidente da APA para a presidência do Comité de Políticas Ambientais (EPOC) da OCDE.

Em matéria de **fiscalização** foi desenvolvido o programa anual de fiscalização de recursos hídricos. No total foram realizadas 2289 ações de fiscalização. Para além da verificação das diferentes disposições legais, foram igualmente avaliadas situações decorrentes de reclamações/denúncias e de procedimentos de licenciamento em curso. Ao todo foram lavrados 1145 autos de notícia, dos quais foi iniciada a instrução de 570 processos de contraordenação.

No que diz respeito às **tecnologias e sistemas de informação**, durante 2018 ocorreu a atualização tecnológica dos sistemas de informação SILiAmb e SNIAmb, com a introdução de cinco e dois novos módulos tecnológicos, respetivamente. Procedeu-se também à atualização das vertentes CELE e CELE Aviação no Sistema de *Business Intelligence*.

Para cumprir o seu plano de atividades, a APA contou em 2018 com 733 trabalhadores e com cerca de 30 milhões de euros de Orçamento de Investimento (OI) e 49 milhões de euros de Orçamento de Funcionamento (OF), dispondo assim de um orçamento nominal de 79 milhões de euros. Em relação ao OF obteve-se uma taxa de execução muito próxima dos 100%. No entanto, a execução do OI situou-se apenas nos 41,8%. Os principais fatores responsáveis por esse facto prendem-se com a efetiva disponibilidade orçamental para efeitos de cabimento de ações e, sobretudo, o tempo associado aos procedimentos de contratação pública.

## AUTOAVALIAÇÃO

A Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto organização da administração pública central com uma multiplicidade de responsabilidades em matéria de ambiente, concretizou em 2018 vários projetos decisivos nas diferentes áreas de atuação.

Em matéria de recursos hídricos, a APA desenvolveu uma intensíssima atividade, com destaque para a análise e gestão da situação de seca e posterior implementação de medidas para atenuar os seus efeitos. Em geral, a APA desempenhou de forma plena as tarefas que lhes estão cometidas por lei, quer em termos de recolha e provimento de informação sobre a situação de seca (veja-se a informação mensal sobre disponibilidade das albufeiras), quer em termos de identificação, concertação e verificação de implementação de medidas de gestão – no âmbito da comissão nacional de gestão da seca co-presidida pelos ministérios com a tutela do ambiente e da agricultura. A experiência de várias situações de seca e a capacitação dos profissionais da APA (ao nível dos departamentos centrais e das ARH) permitiu, assim, a gestão bem-sucedida da seca 2017-18.

O ano de 2018 ficou igualmente marcado pelo combate aos fenómenos de poluição hídrica – tipicamente com maior propensão em situações de escassez, como particular enfoque no rio Tejo, cuja gravidade justificou a adoção de medidas urgentes e extraordinárias. Esta situação constituiu, com humildade o referimos, uma importante lição relativamente à leitura atempada e integrada de sinais de stress hídrico para além da norma e do histórico de situações anteriores. A APA – sob a liderança do ministério do ambiente – ajustou em conformidade a monitorização e, crucialmente, ajustou o quadro de licenciamento (a chamada abordagem combinada) para acomodar a perenidade de stress hídrico (um “novo normal”) que vem afetando o rio Tejo.

No âmbito do litoral e proteção costeira, a ênfase foi para a revisão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, e posterior apresentação e discussão pública ao longo do segundo semestre de 2018, bem como da já habitual gestão da época balnear em parceria com municípios, autoridade marítima e ISN, autoridades de saúde e ABAE.

A descarbonização da economia foi outro dos grandes desafios colocados à APA nesse ano, com a congregação de esforços em torno da elaboração do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, apresentado publicamente no final de 2018, e na elaboração do Plano Nacional de Energia e Clima 2030.

No âmbito da economia circular, deu-se continuidade à implementação das ações do Plano de Ação para a Economia Circular e estabeleceram-se vários acordos circulares com os diferentes sectores da atividade económica.

Paralelamente, foi executada a Estratégia Nacional de Educação Ambiental, tendo sido analisadas 166 candidaturas de projetos de educação ambiental, culminando na seleção de 53 projetos que foram apoiados pelo Fundo Ambiental.

Em matéria de Avaliação de Impacte Ambiental, o ano de 2018 foi marcado pela análise e coordenação de vários processos, designadamente os projetos relativos ao prolongamento das estações do Metro de Lisboa - Linha Circular, ao Terminal do Barreiro, à ligação ferroviária entre Évora e Évora Norte, ou ao IP5 - Vilar Formoso / Fronteira.

A APA deu continuidade a um vasto conjunto de trabalhos nas áreas de planeamento, monitorização, licenciamento e fiscalização, assumindo-se uma vez mais como o principal regulador ambiental em

Portugal. Em 2018, o número de instrumentos de planeamento e reporte ambiental e de diplomas legais elaborados, revistos ou transpostos superou os alcançados em anos anteriores, e o número de fiscalizações em matéria de recursos hídricos atingiu os 2289.

A destacar ainda a coordenação e implementação – em parceria com municípios – de um envelope de 16 milhões de euros de restauro fluvial após os trágicos incêndios de 2017 e 2018, bem como um conjunto de obras um pouco por todo o país no litoral e nos cursos de água – no valor total de mais de 20 milhões de euros.

Face à pluralidade de competências ambientais que esta Agência engloba, e atendendo às inúmeras solicitações e permanentes desafios com que se depara, a APA considera ter atingido um **bom desempenho em 2018**, traduzido na concretização dos seus projetos, na verificação do cumprimento da maioria dos objetivos do QUAR, mas também na capacidade de resposta às solicitações não previstas e que exigiram um esforço acrescido de todos os funcionários para assegurarem as tarefas necessárias, demonstrando, uma vez mais, um elevado sentido de responsabilidade e compromisso com a causa pública.

O Conselho Diretivo da APA, I.P.



## 1. Objetivos da APA para 2018

### 1.1 Objetivos Estratégicos

A APA tem cinco objetivos estratégicos (OE):

- OE 1 - Aumentar o nível de proteção, recuperação e valorização dos ecossistemas;
- OE 2 - Aumentar o nível de proteção de pessoas e bens face a situações de risco;
- OE 3 - Melhorar o conhecimento e a informação sobre o ambiente;
- OE 4 - Reforçar a participação pública e assegurar o envolvimento das instituições;
- OE 5 - Garantir a excelência no desempenho das competências atribuídas.

### 1.2 Objetivos Operacionais

Os objetivos operacionais (OOP) a prosseguir pela APA foram definidos com base nos OE e enquadram a maioria dos projetos e atividades desenvolvidas ao longo do ano pelo conjunto das unidades orgânicas. Para 2018 foram definidos 7 OOP:

- OOP 1 - Consolidar e desenvolver os principais instrumentos de planeamento e reporte ambiental;
- OOP 2 - Consolidar o quadro legal de suporte à política ambiental;
- OOP 3 - Reformular e reabilitar as redes de monitorização ambiental;
- OOP 4 - Otimizar e racionalizar o modelo financeiro e de recursos gerais;
- OOP 5 - Otimizar o funcionamento da rede laboratorial;
- OOP 6 - Harmonizar procedimentos e desmaterializar guias e notas técnicas no domínio do Ambiente;
- OOP 7 - Alargar e melhorar a informação disponibilizada e melhorar a qualidade e eficiência do atendimento prestado pela APA aos seus clientes.

Matriz de alinhamento entre os Objetivos Estratégicos (OE) e os Objetivos Operacionais (OOP)

		OOP 1	OOP 2	OOP 3	OOP 4	OOP 5	OOP 6	OOP 7
OE1	Aumentar o nível de proteção, recuperação e valorização dos ecossistemas	X	X	X		X		X
OE2	Aumentar o nível de proteção de pessoas e bens face a situações de risco	X	X	X		X		X
OE3	Melhorar o conhecimento e a informação sobre o ambiente	X	X	X		X	X	X
OE4	Reforçar a participação pública e assegurar o envolvimento das instituições	X	X				X	X
OE5	Garantir a excelência no desempenho das competências atribuídas	X	X	X	X	X	X	X

### 1.3 QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização 2018

EFICÁCIA											PESO:	35%
OOP1: Consolidar e desenvolver os principais instrumentos de planeamento e reporte ambiental											Peso:	30%
Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind1	N.º de Planos e Relatórios de acompanhamento / monitorização / reporte elaborados até ao final do ano	N.A.	84	90	10	100	100%	31/12/2018	221	427.50%	Superou	328%
Taxa de Realização do OOP1											428%	
OOP2: Consolidar o quadro legal de suporte à política ambiental											Peso:	30%
Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind2	N.º de projetos de diplomas legais elaborados / revistos / transpostos	N.A.	36	20	5	25	50%	31/12/2018	42	210.00%	Superou	110%
Ind3	Nº de decisões finais dos processos de contraordenação	N.A.	N.A.	650	60	800	50%	31/12/2018	677	100.00%	Atingiu	0%
Taxa de Realização do OOP2											155%	
OOP3: Reformular e reabilitar as redes de monitorização ambiental											Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind4	Nº de novas estações ou estações atualizadas no âmbito do reforço do SVARH	N.A.	N.A.	12	1	15	50%	31/12/2018	15	125.00%	Superou	25%
Ind5	Nº de novas estações ou estações atualizadas no âmbito da modernização e expansão da rede RADNET	N.A.	N.A.	3	1	4	50%	31/12/2018	4	125.00%	Superou	25%
Taxa de Realização do OOP3											125%	
EFICIÊNCIA											PESO:	35%
OOP4: Otimizar e racionalizar o modelo financeiro e de recursos gerais											Peso:	30%
Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind6	Procedimentos de contratação pública e gestão patrimonial elaborados e harmonizados	N.A.	N.A.	6	1	8	100%	31/12/2018	0	0.00%	Não atingiu	-100%
Taxa de Realização do OOP4											0%	
OOP5: Otimizar o funcionamento da rede laboratorial											Peso:	35%
Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind7	N.º de novos equipamentos e peças suplentes adquiridos	N.A.	N.A.	10	2	12	50%	31/12/2018	15	162.50%	Superou	63%
Ind8	N.º de novos métodos analíticos acreditados	N.A.	N.A.	15	1	18	50%	31/12/2018	20	141.67%	Superou	42%
Taxa de Realização do OOP5											152%	
OOP6: Harmonizar procedimentos e desmaterializar guias e notas técnicas no domínio do Ambiente											Peso:	35%
Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind9	N.º de módulos tecnológicos dos diferentes sistemas de informação da APA colocados em produção em 2018, em conformidade com os requisitos técnicos	N.A.	N.A.	3	1	4	100%	31/12/2018	7	200.00%	Superou	100%
Taxa de Realização do OOP6											200%	
QUALIDADE											PESO:	30%
OOP7: Alargar e melhorar a informação disponibilizada e melhorar a qualidade e eficiência do atendimento prestado pela APA aos seus clientes											Peso:	100%
Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind10	Incremento da acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nos Sistemas de Informação e de monitorização (QUALAR)	N.A.	N.A.	75%	20%	80%	50%	31/12/2018	50%	90.91%	Não atingiu	-9%
Ind11	% de respostas com nível de satisfação elevado à qualidade do atendimento telefónico, email e presencial	N.A.	N.A.	51%	20%	60%	50%	31/12/2018	58%	100.00%	Atingiu	0%
Taxa de Realização do OOP7											95%	

Dos 11 indicadores do QUAR, sete foram superados, dois foram atingidos e dois ficaram por atingir.

O indicador 6 (Procedimentos de contratação pública e gestão patrimonial elaborados e harmonizados) não foi alcançado por não ter sido possível, face à sucessiva emergência de situações não previstas, dedicar tempo à harmonização de procedimentos.

O indicador 11 (Incremento da acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nos sistemas de informação e de monitorização - QUALAR) está alinhado com os indicadores do POSEUR, tendo sido reprogramado com data de conclusão de 30/06/2019, motivo pelo qual não foi atingido.

## 2. Recursos Humanos e Financeiros

### 2.1. Recursos Humanos

Em 2018, o total de efetivos registou um **aumento de 4,3%** em relação ao ano anterior fruto essencialmente da incorporação formal na APA dos chamados “precários”.

**Quadro 1 - Recursos Humanos**

Recursos Humanos Cargo/Categoria	Em 31/12/2017	Em 31/12/2018	Desvio
Dirigentes Superiores	4	4	0
Dirigentes Intermédios	73	75	+2,7%
Técnicos Superiores	384	421	+9,6%
Informático	23	22	-4,3%
Assistente Técnico	174	168	-3,4%
Assistente Operacional	45	43	-4,4%
<b>Total</b>	<b>703</b>	<b>733</b>	<b>+4,3%</b>

### PREVPAP

Em 2018, e na sequência da entrada em vigor da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, a APA procedeu à abertura e conclusão dos procedimentos de regularização dos vínculos precários na Administração Pública, tendo procedido à integração de 51 trabalhadores distribuídos pelas seguintes carreiras/categorias.

Carreiras/Categorias	Assistente Operacional	Assistente Técnico	Técnico Superior	Total
Total	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>43</b>	<b>51</b>

### Descongelamento de carreiras

No âmbito do processo de descongelamento das carreiras, previsto na LOE para 2018, a APA procedeu aos necessários procedimentos, tendo concluído em fevereiro de 2018 com o respetivo incremento remuneratório a cerca de 90% dos seus trabalhadores, tendo sido o remanescente concluído durante o ano de 2018, apenas tendo ficado por resolver casos residuais que aguardam parecer da DGAEP.

### Consolidação de procedimentos

Em 2018, a APA elaborou a norma de procedimento sobre “Acumulação de Funções” e o “Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Local de Trabalho”.

## Formação profissional

Em 2018, a APA apostou em ações de formação de natureza transversal, numa ótica de uniformização de procedimentos, tendo ainda optado pela centralização da formação para que os conteúdos formativos fossem apreendidos de igual forma por todos os formandos.

Este foco revelou-se essencial, dada a existência na APA de serviços descentralizados, com competências similares às que são desenvolvidas pelos serviços centrais, permitindo assim que os conteúdos fossem transmitidos de forma única e transversal.

**Quadro 2 – Formação Profissional**

CURSO	Carga Horária	Nº de Formandos	N.º ações
Regulamento Geral de Proteção de Dados	20	52	1
Regulamento Geral de Proteção de Dados	7,5	134	1
Revisão dos Código dos Contratos Públicos	18	67	1
SNC AP - Sistema de Normalização Contabilística	42	24	2
ACCESS - Base de Dados	16	11	1
FORGEP	360	16	2
<b>Total de formação transversal</b>	<b>463,5</b>	<b>304</b>	<b>8</b>
<b>Total de Formação adicional/específica</b>	<b>5500</b>	<b>300</b>	<b>119</b>

Além das ações descritas no quadro 2, a APA proporcionou também formação adicional/específica, com a participação de cerca de 300 trabalhadores em 119 ações (formação, seminários, *Workshops*, conferências, entre outros), que representam cerca de 5500 horas de formação.

## 2.2. Recursos Financeiros

De acordo com a situação financeira do país, continuamos com fortes restrições orçamentais que já advém dos anos findos. Esta situação traduz-se num elevado grau de incerteza no que concerne ao planeamento financeiro e conseqüente execução orçamental, tendo a APA tem sido gravemente penalizada – facto em qualquer caso paradoxal tendo em conta a grande capacidade de financiamento próprio por parte da APA. tratando-se contudo de restrições transversais a todo o Estado, a APA não foi exceção.

### Orçamento da receita

**Quadro 3 – Execução do orçamento da receita em 2018**

Orçamento	Previsões Corrigidas (M€)	Receita emitida (M€)	Cobrança (M€)	Taxa de Execução (%)
<b>Funcionamento</b>	51,37	55,29	53,68	104,50%
<b>Investimento</b>	33,21	14,85	14,35	43,21%
<b>Total</b>	<b>84,58</b>	<b>70,14</b>	<b>68,03</b>	<b>80,43%</b>

Em 2018, a **taxa de execução da receita** (rácio entre a cobrança e as previsões corrigidas) foi de **80,43%**, sendo que o **Orçamento de Funcionamento (OF)** apresentou uma **taxa de execução de 104,50%** e o **Orçamento de Investimento (OI)** uma **taxa de execução de 43,21%**. Esta taxa de execução no OI corresponde ainda assim a um acréscimo comparativamente ao ano anterior, em que apenas se obteve 29,49%. Os principais fatores responsáveis pela baixa execução do OI, comparativamente ao OF, prendem-se com a efetiva disponibilidade orçamental para efeitos de cabimento de ações e, sobretudo, o tempo associado aos procedimentos de contratação pública, que de ano para ano se vem complexificando e alongado no tempo. De elenar que as previsões corrigidas e as cobranças se encontram expurgadas de saldos de gerência anteriores (39,83 M€).

**Quadro 4 – Receita por Tipologia**

Natureza da Receita	Cobrança (M€)	Peso estrutural
<b>Receitas Gerais</b>	2,97	4,37%
<b>TGR</b>	17,14	25,19%
<b>TRH</b>	14,91	21,92%
<b>CELE</b>	1,96	2,88%
<b>Outras Taxas</b>	7,26	10,67%
<b>Fundo Ambiental (Recursos Hídricos)</b>	4,16	6,11%
<b>Fundo Ambiental (Incêndios)</b>	11,56	16,99%
<b>Fundo Ambiental (Tejo)</b>	0,11	0,16%
<b>Fundo Ambiental (Ruído)</b>	0,12	0,18%
<b>Fundos Comunitários</b>	7,84	11,52%
<b>Total</b>	<b>68,03</b>	

A **Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)** destaca-se, em 2018, como a receita com maior expressão no orçamento de receita da APA com 17,14M€ (25,19%), seguindo-se a **Taxa de Recursos Hídricos (TRH)** com 14,91M€ (21,92%).

#### Orçamento da despesa

**Quadro 5 – Execução do orçamento de despesa em 2018**

Orçamento	Dotação Líquida de Cativos (M€)	Cabimentos (M€)	Compromissos assumidos (M€)	Despesa paga (M€)	Taxa de Execução	Compromissos transitados para 2018
	1	2	3	4	5=4/1	6=4-3
<b>Funcionamento</b>	48,75	47,04	46,75	46,62	95,63%	-0,13
<b>Investimento</b>	30,29	20,02	16,63	12,66	41,80%	-3,97
<b>Resultado global</b>	79,04	67,06	63,38	59,28	75,00%	-4,10

A taxa de execução do orçamento de funcionamento foi muito próxima dos 100%, contudo o orçamento de investimento apresentou como taxa de execução, **41,80%**. Especial destaque para os compromissos transitados (4,10 M€), maioritariamente no OI, que irão exercer uma grande pressão no orçamento de 2019.

**Quadro 6 – Execução do Orçamento de Investimento, por eixo estratégico, em 2018**

Eixo Estratégico	Montante Pago (M€) em 2018	N.º Projetos	% OI	Taxa de Execução (%)
Gestão Estratégica da Água	10,04	52	62,65%	41,73%
Reestruturação Interna da APA	1,18	9	10,84%	41,06%
Gestão Estratégica do Ar e Clima	0,44	5	6,02%	56,85%
Gestão Estratégica dos Resíduos	0,04	7	8,43%	10,87%
Avaliação e Gestão Ambiental	0,95	10	12,05%	43,39%
<b>Total</b>	<b>12,66</b>	<b>83</b>	<b>100,00%</b>	<b>41,81%</b>

Como referido, os principais fatores responsáveis pela taxa de execução do OI prendem-se com a efetiva disponibilidade orçamental para efeitos de cabimento de ações e, sobretudo, o tempo associado aos procedimentos de contratação pública, factos esses que comprometem, por sua vez, a maturidade dos projetos, nomeadamente os co-financiados por fundos europeus. A APA vem solicitando, desde há vários anos, sem sucesso, maior flexibilidade nesta área de “cabimento” orçamental (p.e. no respeitante a Portarias de Extensão de Encargos que chegam a estar largos meses para aprovação) e algumas matérias de contratação pública (p.e. como têm as sociedades Polis Litoral).

**Quadro 7 - Execução do Orçamento de Funcionamento, por tipo de despesa**

Rubrica Orçamental	2017 (M€)	2018 (M€)	Desvio (%)
Despesas c/ Pessoal	21,1	22,82	8,15%
Aquisição de Bens e Serviços	4,6	5,87	27,61%
Outras despesas	39,9	19,97	-49,95%
Despesas de capital	0,2	0,09	-55,00%
<b>Total</b>	<b>65,9</b>	<b>48,75</b>	<b>-26,02%</b>

No OF temos um decréscimo em termos de orçamento, quanto comparado com o ano anterior, sendo esse diferencial significativo pois existiu uma dotação líquida de cativos inferior em 26,02%.

De salientar que os 39,9 M€ da rubrica “Outras despesas”, no que se refere ao ano de 2017, incluem cerca de 31,2 M€ relativos a integração de saldos de gerência de anos anteriores, que se destinaram a

atividades de gestão flexível no âmbito das competências do MATE, o que provoca um grande diferencial negativo de 49,95%, quando comparado com o ano de 2018.

## Procedimento

Foi preparado divulgado, para aplicação às ARH a partir de 1 de janeiro, procedimento relativo à contabilização da Taxa de Recursos Hídricos.

## 3. Atividades

Os capítulos seguintes descrevem as atividades realizadas pela APA em 2018, por área temática.

### 3.1. Recursos Hídricos

- **Coordenação da Implementação da Diretiva Quadro da Água (DQA)**, das Diretivas filhas das Substâncias Prioritárias e das Águas Subterrâneas e da Diretiva Nitratos.
- **Harmonização de procedimentos**, no âmbito do 3.º ciclo de planeamento da DQA, **para implementação articulada dos programas de monitorização**.
- **Coordenação do Projeto POSEUR-03-2013-FC-000001 - “Melhoria da Avaliação do Estado das Massas de Água”**. Em 2018, foram desenvolvidos os seguintes estudos:
  - Estudo específico para **avaliação de substâncias prioritárias, poluentes específicos e compostos emergentes**, designadamente substâncias farmacêuticas, pesticidas e compostos emergentes, em águas superficiais subterrâneas;
  - **Monitorização das substâncias da 1.ª lista de vigilância em águas superficiais**, no âmbito da DQA e da Diretiva das Substâncias Prioritárias;
  - Desenvolvimento de um **Guia metodológico de definição de regimes de caudais ecológicos**;
  - **Avaliação das disponibilidades hídricas por massa de água e aplicação do Índice de escassez WEI+**, visando complementar a avaliação do estado das massas de água, no âmbito do 3º ciclo dos PGRH e Planos de Escassez e Seca;
  - Conclusão do concurso público de aquisição de serviços para **melhorar e complementar os critérios de classificação do estado das massas de água superficiais interiores**, cujos trabalhos irão decorrer em 2019;
  - Conclusão do concurso público de aquisição de serviços para **melhorar e complementar os critérios de classificação do estado das massas de água de transição e costeiras** cujos trabalhos irão decorrer em 2019.
- **Disponibilização de informação ao público no SNIRH** sobre quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas; boletim mensal das albufeiras, escoamento e precipitação, incluindo a análise das reservas hídricas subterrâneas e superficiais para análise da situação de seca e ainda:
  - Publicação semanal dos níveis de armazenamento das 60 albufeiras com maior capacidade de armazenamento;
  - Coordenação da elaboração dos relatórios mensais de Monitorização Agrometeorológica e Hidrológica elaborados no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros nº 80/2017, de 7 de junho;
  - Início da elaboração dos Planos de Escassez e Secas por região hidrográfica.

- **Implementação da Diretiva das Águas Balneares e coordenação nacional da gestão das águas balneares.**
- **Gestão de redes hidrometeorológicas**, recolha de dados e informação de cerca de 900 estações meteorológicas e hidrométricas, que suportam o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) e o Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH).
- Desenvolvimento de **atividades de monitorização e classificação de águas de transição e costeiras**, com normalização dos procedimentos, compilação em base de dados dos dados históricos (desde 1980 a 2018) e monitorização das massas de água de transição e costeiras das regiões hidrográficas RH6, RH7 e RH8, em articulação com a ARH do Algarve e ARH do Alentejo.
- **Participação na aplicação do regime da Condicionalidade (no contexto da Política Agrícola Comum)**, designadamente na Comissão Consultiva da Condicionalidade e Grupo de Trabalho da Condicionalidade; definição de indicadores de Requisitos Legais de Gestão (RLG) e de Boas Condições Agrícolas e Ambientais (BCAA).
- **Participação em trabalhos da OCDE**, do “*Working Party on Biodiversity, Water and Ecosystems*”, com contributos para o “*OCDE Project on Contaminants of Emerging Concern in Freshwater*”, 2017.
- **Participação, enquanto peritos**, no grupo de trabalho dos especialistas em hidromorfologia de águas de transição e costeiras (HYMO-ATG), e no grupo de trabalho dos especialistas em nutrientes (*Nutrient Working Group*), no âmbito da DQA, com a elaboração do Guia de Boas Práticas (*Best Practice Guide*) e de ferramentas de tratamento estatístico (*Nutrient Toolkit*).
- **Representação de Portugal, a nível da UE, nos seguintes Comitês, Grupos de Trabalho, Grupos de Peritos e reuniões de Diretores da Água**: GT Águas Subterrâneas (*Working Group Groundwater, CIS-WFD*); GT Químicos (*Working Group Chemicals, CIS-WFD*); ECOSTAT (*Ecological Status Working Group, CIS-WFD*); GT Nutrientes (*ECOSTAT Nutrient Working Group, CIS-WFD*); GT Hidromorfologia – Águas Costeiras e de Transição (ATG-HYMO/ ECOSTAT, CIS-WFD); Comité e Grupo de Peritos da Diretiva Nitratos; Comité e Grupo de Peritos da Diretiva das Águas Balneares; Participação nas reuniões do Grupo Estratégico de Coordenação e dos Diretores da Água; GT Riscos de Inundações (*Working Group on Floods*).
- **Participação em Comissões e Grupos de Trabalho nacionais**: Representação da APA na Comissão Técnica de Acompanhamento da Diretiva Nitratos; na Comissão Consultiva da Condicionalidade e no Grupo de Trabalho da Condicionalidade; no GT relativo ao Protocolo Água e Saúde (no âmbito do “*UNECE-WHO/Europe Protocol on Water and Health*”) com elaboração do relatório que define os objetivos, indicadores e metas nacionais; no GT no âmbito dos Planos de Segurança da Água para Consumo Humano; Participação no Júri Nacional do Programa Bandeira Azul, na componente relativa à qualidade das águas balneares; Participação no GT no âmbito da implementação da Diretiva INSPIRE; no Conselho Nacional do Regadio, entre outros.
- **Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) – 2º ciclo**:
  - Elaboração dos relatórios de Avaliação Intercalar da Implementação das Medidas para as oito regiões hidrográficas do continente, em articulação com as ARH, e seu reporte no WISE no âmbito das obrigações da DQA.
- **Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) – 3º ciclo**:
  - Realização da 1ª fase do 3º ciclo com elaboração do Calendário e Programa de Trabalhos colocado à participação Pública por 6 meses.
- **Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) – 1º ciclo**:
  - Participação na definição dos Avisos do POSEUR e avaliação das candidaturas;



- Resposta a uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas Europeu relativamente à implementação da Diretiva Inundações em Portugal;
- Elaboração de relatórios intercalares, por região hidrográfica, relativos à implementação das medidas definidas nos PGRI em vigor, em articulação com as ARH e com as entidades envolvidas.
- **Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) – 2º ciclo:**
  - Coordenação dos trabalhos da Comissão Nacional de Gestão dos Riscos de Inundações (CNGRI);
  - Elaboração de oito relatórios de Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações.
- **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) dos PGRH (2.º ciclo) e dos PGRI (1º ciclo):**
  - Elaboração dos relatórios de controlo 2016/2017 para as oito AAE dos PGRH e PGRI.
- **Convenção de Albufeira** - Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC): Reuniões técnicas do GT planeamento e início da elaboração do documento comum sobre as medidas dos PGRH internacionais; Apoio técnico para a reunião plenária da CADC; Elaboração dos boletins trimestrais e anuais de avaliação dos caudais da Convenção. Participação nos trabalhos do GT do Guadiana e do GT do Tejo. Participação nas comemorações dos 20 anos da Convenção de Albufeira.
- **Programa Nacional para Uso Eficiente da Água:** Programa Casa Eficiente; Colaboração em vários projetos para Eficiência hídrica em articulação com a ADENE (**CERTAGRI**: Rotulagem de Eficiência Hídrica e Energética dos Setores Produtivos Nacionais para uma Economia Circular - Aplicação ao Setor Agroalimentar; **Futures Thinking**: Estudos Futuros “A Eficiência Hídrica em 2030”; **WATTEr Skills**: *Water Efficiency and Water-Energy Nexus in Building Construction and Retrofit*; **Aqua eXperience**).
- **Diretiva das Águas Residuais Urbanas (DARU):**
  - Revisão das zonas sensíveis com elaboração de um relatório;
  - Reporte da informação de 2016 sobre os artigos 15º e 17º da Diretiva.
- **Gestão de infraestruturas hidráulicas:**
  - Acompanhamento da implantação das soluções de lançamento dos Regimes de Caudais Ecológicos (RCE);
  - Gestão do Centro de Interpretação da Passagem para Peixes no Açude Coimbra;
  - Processos de reversão para o Estado de antigas concessões e acompanhamento da implementação do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH) e do Plano mini-hídricas;
  - Acompanhamento dos contratos de concessão assinados ao abrigo do artigo 91.º do Decreto-lei n.º 226-A/2007;
  - Acompanhamento dos trabalhos de transferência da gestão das infraestruturas hidráulicas para os utilizadores principais.
- **Águas para reutilização:**
  - Participação nos trabalhos da ISO sobre a reutilização e acompanhamento dos trabalhos do grupo comunitário “*Water Reuse*”, com participação ativa na elaboração da proposta de regulamento;
  - Convite da Comissão Europeia para apresentar a estratégia de reutilização, baseada no “*fit for purpose*” associada a multibarragens, em vários países, dentro e fora da UE;
  - Elaboração de uma proposta de diploma que estabelece o regime de produção de água para reutilização (ApR);

- Desenvolvimento de um Guia de produção e utilização para as vertentes de rega agrícola e utilizações urbanas e industriais não potáveis;
- Acompanhamento dos trabalhos de vários casos piloto de implementação da metodologia preconizada na estratégia portuguesa para esta temática.
- **Licenciamento dos Recursos Hídricos:**
  - Definição de uma metodologia para a aplicação da abordagem combinada no estabelecimento de valores limite de emissão para as descargas de águas residuais tratadas;
  - Ligação da plataforma de cálculo da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) à base de dados da AdP para carregamento dos dados de base de cálculo da taxa;
  - Produção de relatórios com estatísticas associadas ao licenciamento e à cobrança da TRH.
- Participação nos projetos **Tejo 2018** e **Tejo Limpo**, visando criar condições de operacionalidade e conhecimento para ultrapassar os graves problemas de poluição que ocorreram em janeiro de 2018 no rio Tejo.
- **Articulação entre a DQA e a DQEM**, em colaboração com a DGRM e o IPMA.
- **POSEUR**: Acompanhamento na elaboração de Avisos no âmbito dos sistemas urbanos e das alterações climáticas e recursos hídricos.
- **Economia circular**: Acompanhamento das atividades do Grupo de Coordenação do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC).
- Reporte de dados de qualidade, quantidade e emissões para água na **Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente (EIONET)** da responsabilidade da Agência Europeia do Ambiente (AEA).
- **Indicadores Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e informação ao Instituto Nacional de Estatística (INE)**: Acompanhamento e resposta aos indicadores do ODS 6 e das estatísticas da água do INE.
- **Alterações climáticas – recursos hídricos**: Coordenação da área temática de Recursos Hídricos da ENAAC com elaboração do respetivo documento e análise do documento do AGRI-ADAP da área temática da agricultura com emissão de parecer.
- Participação no **Roteiro para a neutralidade carbónica**, na componente águas residuais.
- Apresentação na **5th European Water Conference**, realizada em Viana de Áustria do tema “*Water financing and investments*”, tendo sido elogiada a formulação de Portugal para o regime económico e financeiro das utilizações dos recursos hídricos, nomeadamente com a canalização de 50% das verbas obtidas na TRH para o Fundo Ambiental.
- **Acompanhamento do PENSAAR 2020**: Elaboração do 3º relatório de acompanhamento no âmbito do GAG (Grupo de Apoio à Gestão do PENSAAR 2020).
- **Participação no Relatório de Estado do Ambiente (REA)**: Atualização de indicadores para o portal do REA.
- **Participação nos projetos “Praia Acessível” e Praia Saudável**, colaboração com o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) na promoção do projeto de tornar acessíveis as praias costeiras e interiores oficialmente designadas. O projeto “Praia Saudável” tem como parceiros a Fundação Vodafone, a Marinha/AMN, a APA, o INR e a ABAE com o objetivo de doar equipamentos nas vertentes de segurança, acessibilidades e gestão ambiental, bem como promover ações de sensibilização nestas áreas.

- **Coordenação conjunta com o GPP do Grupo de Trabalho de assessoria técnica à Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca**, elaboração dos relatórios mensais, participação nas reuniões e na implementação das medidas.
- **Ações de formação** aos agentes do SEPNA/GNR e da PSP.
- Articulação com o DAI promovendo **apresentações a diversas delegações internacionais** (países da CPLP, Suécia, Nigéria, Moldávia, Ucrânia, Bósnia) relativamente às diferentes temáticas da gestão dos recursos hídricos.
- Apresentação, enquanto Promotor, de **candidaturas ao Fundo Azul** para os projetos: **NUTRI** - Identificar fontes de nutrientes e vetores de introdução no meio marinho; **PRAIA** – Plataforma de Avaliação Integrada dos estados químico e ecológico, no âmbito da DQA; e **SeaScan** - Monitorização do ecossistema costeiro com metodologias de última geração. Apresentação, enquanto Parceiro, de candidatura ao Fundo Azul para o projeto **BINDER** – *Binding Directives and Improving Capacity of National Environmental Assessment Reporting*. Estes projetos pretendem contribuir para a concretização dos objetivos da DQA, DQEM e ODS.
- Acompanhamento dos **projetos científicos**: **AGUAMOD** (<http://www.aguamod-sudoe.eu/en/>); **VALAGUA** (<https://www.valagua.com/>); **MONITOOL** (<https://www.monitoolproject.eu/>); **RiverCure**: *Curating and assimilating crowdsourced and authoritative data to reduce uncertainty in river flow modelling*; **CRiTHiA** - Critérios de decisão na gestão do risco de inundação em bacias hidrográficas no contexto das alterações climáticas; e **DiadES** - *Assessing and enhancing ecosystem services provided by diadromous fish in a climate change context*.
- **Elaboração de pareceres** e pedidos de informação aos cidadãos, instituições de investigação/ universidades e outras entidades.

### Gabinete de Segurança de Barragens

- **74 inspeções a barragens de diversas tipologias** e donos de obra.
- **Gestão das barragens** de Azibo, Alijó, Fagilde, Açude Ponte de Coimbra, Meimoa, Capinha, Escarigo, Marateca, Apartadura, Monte Novo, Alvito, Morgavel e Enxoé; responsabilidade pela segurança das barragens de Odeleite e Beliche.
- Publicação do Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março, que procedeu à primeira alteração do **Regulamento de Segurança de Barragens (RSB)** e **aprovação do novo Regulamento de Pequenas Barragens (RPB)**.
- Publicação no *site* da APA dos Documentos Técnicos de Apoio ao RSB, como estabelecido no RSB e de componentes do Manual de Apoio ao RPB (classificação e ficha de inspeção visual), como estabelecido no RPB.
- **Classificação de barragens** quanto aos danos potenciais associados.
- Análise e aprovação de **Planos de Emergência Internos de Barragens**.
- Prossecução da **implementação da base de dados de segurança BarPT**.
- Organização do **17.º Curso de Exploração e Segurança de Barragens**, com o apoio do LNEC, EDP e IST, contínuo de 14 a 24 de maio.
- Apoio às ARH no âmbito das atividades de concessão e renovação de Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (TURH) de barragens e apoio à atividade da Comissão Nacional Portuguesa de Grandes Barragens (CNPGB), incluindo divulgação e gestão do *site* do Clube Europeu.
- Participação da CNPGB na reunião anual da *International Commission on Large Dams* (Grupos de Trabalho e Assembleia Geral) e 26.º Congresso, em Viena.

- Participação na **3ª Dam World Conference**, em setembro de 2018 na Foz do Iguassu – elaboração do artigo “*Emergency Action Plans - Recent Portuguese Experience*”.

### ARH Norte

- Realização da avaliação intercalar da implementação das medidas dos **Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas** (PGRH 2016-2021) do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça e do Douro e início dos trabalhos do 3.º ciclo de planeamento dos PGRH (2022-2027).
- Acompanhamento da implementação das medidas dos **Planos de Gestão dos Riscos de Inundações** (PGRI 2016-2021) do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça e do Douro, e avaliação preliminar dos riscos de inundações para o 2.º ciclo dos PGRI (2022-2027).
- Assinatura de múltiplos e diversificados **protocolos de cooperação técnica e/ou financeira** entre a APA, municípios e entidades da região norte: Águas do Norte, S.A.; municípios afetados pelos fogos florestais de 2017 e pelas tempestades Emma, Félix e Gisele; outros protocolos com os municípios de Esposende, Guimarães, Vizela, Viana do Castelo e Matosinhos.
- Elaboração de **candidaturas ao POSEUR** para a realização de vários projetos no âmbito da proteção e defesa costeira.
- Realização da **VI Reunião do Conselho de Região Hidrográfica do Norte**, tendo como tema “A agricultura e o uso eficiente da água” e da **VII Reunião do Conselho de Região Hidrográfica do Norte**, tendo como temas “Apresentação da proposta de identificação de novas zonas críticas da segunda geração dos PGRI”, “Apresentação dos projetos incluídos na Frente Ribeirinha de Amarante”, “Apresentação do projeto POSEUR – Intervenções estruturantes de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias no rio Tâmega, em Amarante” e “Apresentação do estado de implementação das medidas dos PGRH do Norte e o *Report* à Comissão Europeia”.
- Realização e/ou conclusão de diversas **empreitadas de obras públicas** (*vide* anexo).
- Acompanhamento da elaboração do **Programa Especial da Albufeira de Foz Tua** e do **Programa Especial das Albufeiras do Baixo Sabor**.
- No âmbito da elaboração da proposta de **Programa para a Orla Costeira Caminha-Espinho (POC-CE)**: análise do parecer final das entidades que compuseram a comissão de acompanhamento da elaboração do POC-CE; realização da última reunião da Comissão Consultiva e reuniões de concertação com as entidades que emitiram pareceres desfavoráveis ou pareceres favoráveis condicionados, com o objetivo de concertar posições; elaboração da proposta final de POC-CE e sua submissão a discussão pública; avaliação e ponderação dos contributos recebidos no âmbito do processo de discussão pública.
- Acompanhamento e **gestão das águas balneares da região norte**, no que respeita nomeadamente à identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público.
- Elaboração de pareceres relativos ao descritor recursos hídricos no âmbito da presidência e secretariado técnico da **Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (CAASET)**, constituído pelos Aproveitamentos Hidroelétricos de Daivões, Alto Tâmega e Gouvães.
- Atividades de **fiscalização da ARH-norte**: Fiscalização de apoios de praia na Póvoa de Varzim para controle da conformidade com os títulos de ocupação; Inspeção à unidade Operativa de Planeamento e Gestão n.º 9 – Zona Piscatória de Angeiras: Casas de Mar; Acompanhamento do processo de monitorização das águas subterrâneas na área de deposição de resíduos da Antiga Siderurgia Nacional, na envolvente das minas de S. Pedro da Cova, no concelho de Gondomar.

- Atividades de **licenciamento da ARH-norte**: Emissão de 7239 licenças, 2138 pareceres, 47 licenças de ocupação, 354 autorizações para construção, 6 contratos de concessão e 14 ordens de reposição.
- Elaboração de **46 respostas às questões colocadas pelos grupos parlamentares**, no âmbito da gestão dos recursos hídricos da competência e/ou jurisdição da ARH-norte.
- Desenvolvimento de **parcerias nacionais e internacionais**, nomeadamente a nível de **coordenação transfronteiriça da gestão das bacias hidrográficas internacionais** com a *Confederación Hidrográfica del Miño-Sil* e com a *Confederación Hidrográfica del Duero* no âmbito da articulação dos PGRH do Minho e Lima e do Douro 2016-2021 com o *Plan Hidrológico del Miño-Sil* e com o *Plan Hidrológico del Duero*, colaboração também manifestada em projetos conjuntos como o MIGRA MIÑO e o RISC-Minho-Lima.
- Participação na Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC), através do apoio técnico à XXI Reunião Plenária e na reunião dos Grupos de Trabalho da CADC.

### ARH Centro

- Licenciamento e respetiva **emissão e gestão de todos os TURH**.
- **Fiscalização das utilizações dos recursos hídricos** e acompanhamento de **processos inspetivos**.
- **Inventário e cadastro das utilizações dos recursos hídricos** nas margens do mar e estuarina.
- Aplicação do **Regime Económico e Financeiro**, com o correspondente carregamento de medições no portal da TRH.
- Apoio no processo de revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira para **Programa de Orla Costeira no troço Ovar - Marinha Grande** e sua implementação.
- **Emissão de pareceres** no âmbito dos regimes RJREN, RJUE, RJAAR, NREAP, PGEP, PGL, RERAE, PCIP e SIR (1790 pareceres).
- Celebração de **contratos de concessão** com entidades públicas e privadas para utilização de recursos hídricos para fins de produção de energia elétrica, abastecimento público, rega, aquaculturas e apoios de praia.
- Acompanhamento dos programas **Bandeira Azul e Praia Acessível**, através da validação de candidaturas, de diversas vistorias de verificação do cumprimento dos critérios definidos nos programas, e de organização das cerimónias do hastear das bandeiras.
- Participação nos trabalhos de diversas Comissões de **Delimitação do Domínio Público Marítimo**, em articulação com o DLPC.
- Reportes de **ocorrências na faixa costeira Ovar-Marinha Grande**.
- Intervenções na **Rede Hidrográfica**.
- Implementação de **ações de requalificação fluvial da rede hidrográfica afetada pelos incêndios de 2017** em 26 municípios.
- Coordenação do **“Projeto Rio Ceira”**, financiado pelo programa EEA Grants 2014-2021, com vista a implementar ações de restauração fluvial na bacia hidrográfica do rio Ceira, numa perspetiva de melhoria ecossistémica e adaptação a fenómenos extremos.
- Elaboração, implementação e avaliação intermédia do programa de medidas do **2º ciclo do PGRH do Vouga, Mondego e Lis**.
- Elaboração e implementação do **PGRI do Vouga, Mondego e Lis**.
- Início da elaboração do **Programa Especial das Albufeiras de Ribeiradio e Ermida (PEARE)**.

- Análise e **emissão de pareceres técnicos** no âmbito dos recursos hídricos, em matéria de ordenamento do território e no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).
- Análise de **estudos hidrogeológicos** com vista à delimitação de perímetros de proteção de captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público e elaboração das respetivas propostas de portaria.
- Emissão de pareceres e análises de mérito (alínea c) dos critérios de seleção (III) a candidaturas no âmbito de **Avisos do POSEUR** referentes ao Ciclo Urbano da Água.
- Gestão e operacionalização das **redes de monitorização da ARH Centro**: rede piezométrica; rede operacional nitratos; rede monitorização de águas superficiais e águas balneares.
- Gestão do **Laboratório de Águas da ARH Centro**.

### ARH Tejo e Oeste

- **Emissão e gestão dos TURH.**
- No âmbito dos **perímetros de proteção** foram elaboradas propostas de portaria referentes a captações de água.
- Cobrança da **TRH**.
- Emissão de **pareceres** com carácter vinculativo no âmbito dos vários regimes jurídicos.
- **455 Ações de fiscalização dos Recursos Hídricos**, tendo como alvos principais as instalações cujo funcionamento não cumpria com as condições de descarga na fiscalização efetuada no ano de 2017, as instalações com descargas com potencial impacte nos recursos hídricos, as ETAR urbanas em situação de renovação de licenças de descarga no meio hídrico, e/ou com histórico de incumprimento e ainda adegas, matadores e agroalimentares que possuíam um histórico de incumprimentos e/ou denúncias no domínio dos recursos hídricos.
- Assegurar o **Programa de Monitorização para a Região Hidrográfica**, com exceção da monitorização dos rios de acordo com a DQA, que foi assegurada por uma equipa externa.
- **Monitorização exaustiva no rio Tejo**, com monitorização diária de 7 pontos de amostragem, incluindo monitorização local dos parâmetros OD, pH e temperatura e recolha de amostras de água para determinação dos parâmetros CBO5, CQO, Nt e Pt.
- Elaboração de diversos **Relatórios sobre a qualidade da água na bacia hidrográfica**, de que se destacam os relativos ao rio Tejo, rio Almonda e albufeira de Sta Águeda ou da Marateca.
- Acompanhamento da **implementação do Programa de Medidas** do PGRH.
- **Avaliação intercalar** da implementação das medidas do PGRH.
- Elaboração do Programa de Procedimentos relativo ao Fornecimento e Instalação de dois analisadores automáticos para **monitorização em contínuo da qualidade da água no rio Tejo** e respetiva manutenção e assistência técnica. Lançamento do Concurso, análise das propostas e adjudicação do mesmo, acompanhamento das ações de verificação mensal dos analisadores.
- Acompanhamento do **projeto Operação Tejo**, implementado em 2018, e que envolveu as seguintes ações:
  - Reforço da monitorização em termos do número de estações e frequência de amostragem;
  - Remoção, tratamento e transporte a destino final adequado de cerca de 15/17 000 m<sup>3</sup> de lamas recolhidas em zonas críticas da albufeira de Fratel, abrangendo uma área total de cerca de 30 000 m<sup>2</sup>. Para o efeito foram realizadas as seguintes ações prévias:
    - i. Levantamento topo-batimétrico nos troços do rio Tejo entre Vila Velha de Ródão e a Barragem do Fratel e entre a Barragem do Fratel e a Barragem de Belver;



- ii. Avaliação preliminar das condições locais do fundo da albufeira de Fratel com recurso a equipas de mergulhadores;
  - iii. Caracterização analítica das lamas recolhidas (por amostragem).
- 
- Participação na elaboração de Cadernos para a instalação de **dispositivos de descarga de Caudal Ecológico** (1 Caderno de Encargo – Barragem da Apartadura).
  - **Monitorização do risco** de instabilidade de arribas, galgamento e erosão costeira e acompanhamento de ocorrências no terreno, em articulação com o Núcleo de Monitorização Costeira e Risco.
  - Apreciação e acompanhamento de vários **projetos de equipamentos e apoios de praia** no âmbito da adaptação aos planos de praia.
  - Acompanhamento das **candidaturas ao POSEUR** – “Minimização do Risco na Arriba a Norte da Praia do Magoito”, “Empreitada de Estabilização da Arriba Norte das Azenhas do Mar” e “Desassoreamento da Lagoa de Albufeira”; Elaboração de toda a documentação para a submissão de candidatura e peças de procedimentos para o lançamento da empreitada e fiscalização relativa à reabilitação do Sistema de Diques de Valada.
  - Implementação do **Programa da Bandeira Azul** e acompanhamento das candidaturas à **Praia Acessível**.
  - Monitorização do **lixo marinho**.
  - Participação em **Projetos, Comissões e Parcerias várias**, designadamente: colaboração nos trabalhos de revisão da Portaria de Gestão de Efluentes Pecuários; participação nas ações iniciais dos trabalhos do PGRI – 2º ciclo; orientação de estágio sobre a qualidade da água no rio Almonda; aferição do estado de cada um dos 23 diques do rio Tejo pertencentes ao Estado e estabelecimento das respetivas medidas de intervenção.
  - Acompanhamento das **ações de requalificação dos cursos de água nas áreas ardidas em 2017**, efetuadas no âmbito dos Contratos Interadministrativos estabelecidos com os municípios.

#### ARH Alentejo

- Análise de requerimentos com vista à emissão de **Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos** (TURH) e de **Títulos Únicos Ambientais** (TUA), em águas interiores e no litoral.
- Fiscalização da **utilização dos recursos hídricos** e do cumprimento das obrigações constantes dos TURH.
- Proteção da **qualidade das massas de água**, nas origens de água e nos ecossistemas aquáticos.
- Promoção do **uso eficiente da água** e minimização dos conflitos de usos, assegurando a gestão e a proteção do litoral.
- Análise e **emissão de pareceres técnicos** no âmbito da legislação aplicável, em matéria de ordenamento do território (IGT, REN, RJUE), gestão de resíduos e avaliação de impacto ambiental.
- Definição e operacionalização de **programas de monitorização dos recursos hídricos** associados a massas de água subterrâneas, massas de água superficiais (categorias rios, albufeiras, de transição e costeiras) e massas de águas balneares interiores e marítimas.
- Participação na consolidação da estrutura da **Rede Laboratorial da APA**, envolvendo o LRA e os laboratórios regionais.
- Avaliação do cumprimento dos **PGRH do Sado e Mira (RH 6) e do Guadiana (RH 7)**, nomeadamente a aplicação dos respetivos programas de medidas.

- Análise das **características das RH 6 e RH 7** e das incidências das atividades humanas sobre o estado das massas de água.
- Preparação do desenvolvimento do **3.º ciclo de planeamento** relativo aos **Planos de Gestão de Região Hidrográfica** das RH 6 e RH 7.
- Preparação do desenvolvimento do **2.º ciclo de planeamento** relativo aos **Planos de Gestão dos Riscos de Inundações** (PGRI) das RH 6 e RH 7.
- Participação (Bacia do Guadiana) nos trabalhos de **articulação com Espanha** no âmbito do 3º ciclo de planeamento das águas e do 2º ciclo de planeamento de riscos de inundações e a verificação do cumprimento do regime de caudais mínimos e articulação durante eventos de cheias.
- Participação na elaboração dos **Planos de Gestão de Riscos de Seca** nas Regiões Hidrográficas do Sado e Mira e do Guadiana.
- Avaliação do cumprimento de **Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas e de Planos de Ordenamento da Orla Costeira**.
- Aplicação do **Regime Económico e Financeiro**, com a correspondente arrecadação dos valores da **Taxa de Recursos Hídricos**.
- Coordenação regional das **ações de prevenção dos efeitos da seca 2017/2018**, nas Regiões Hidrográficas do Sado e Mira e do Guadiana. Destaca-se a promoção do Protocolo de Cooperação entre a APA, o Exército Português e o Fundo Ambiental (fevereiro de 2018), para o desenvolvimento de trabalhos de limpeza do leito da albufeira da barragem de Pego do Altar e da albufeira do Divor, tendo em vista o aumento da capacidade de armazenamento de água.
- Colaboração com o **Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental (COSMO)**, nomeadamente reporte de ocorrências.
- Operacionalização de projetos de âmbito transfronteiriço (Interreg 2014-2020 | POCTEP), relativos à proteção da qualidade da água na bacia hidrográfica do Guadiana - **projetos ACECA e VALAGUA**. Destaca-se no caso do projeto ACECA, a execução de ações para controlo da espécie invasora “jacinto-de-água”, nomeadamente a reabilitação do açude associado à estação hidrométrica de Monte da Vinha; no caso do projeto VALAGUA, destaca-se a realização de ações de monitorização conjunta com os parceiros espanhóis, das massas de água de transição e costeira.
- Preparação de contrato interadministrativo entre a APA e o Município de Grândola relativo ao **Projeto de Conservação de Sistemas Naturais** através da adaptação das acessibilidades às praias Atlântica, Aberta Nova e Melides.
- Organização e realização de **reuniões do Conselho da Região Hidrográfica do Alentejo**.
- Integração da **Delegação Portuguesa à CADC**, destacando-se a participação na XXIª Reunião Plenária da CADC (Madrid); nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do *Grupo de Trabalho ad Hoc sobre o regime de caudais para o Rio Guadiana, na secção de Pomarão*; no Seminário de encerramento da comemoração do 20º Aniversário da Convenção de Albufeira.
- Organização, conjuntamente com a CCDR Alentejo, da **Exposição “Lixo Marinho: Um Problema global”**, inserida nas comemorações do Dia Mundial do Ambiente, que esteve patente de 4 a 15 de junho de 2018 (Évora).
- Participação nas seguintes **iniciativas de âmbito regional**:
  - Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo;
  - Fórum Regional para a Economia Circular – Alentejo;
  - Fórum Regional para a Governança Integrada;
  - Grupo de Fiscalização Regional do Alentejo;



- Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo.
- Participação, em representação da APA:
  - Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Regional do Alentejo - Alentejo 2020;
  - Conselhos Estratégicos para o Desenvolvimento Intermunicipal da CIM Alentejo Central e da CIM Alentejo Litoral;
  - Comissões Distritais e Municipais de Proteção Civil.

### ARH Algarve

- Realização e/ou conclusão de diversas **empreitadas de obras públicas** (*vide* anexo).
- **Monitorização do estado das massas de água** superficiais, subterrâneas e balneares.
- Avaliação do cumprimento do **PGRH das Ribeiras do Algarve** (RH 8), nomeadamente a aplicação do respetivo programa de medidas.
- Revisão do **Programa da Orla Costeira Odeceixe-Vilamoura**.
- Elaboração do **Plano para a Aquicultura da Ria Formosa** (em execução): contributos para o ordenamento e gestão das atividades aquícolas e salícolas nas zonas húmidas da região algarvia, através da elaboração do levantamento topohidrográfico e atualização do cadastro das utilizações do domínio hídrico na Ria Formosa).
- Organização e realização de **reuniões do Conselho da Região Hidrográfica do Algarve**.
- Implementação e acompanhamento do **Projeto Life Volunteer Escapes 2018-2020**.
- **Gestão Participada para a Valorização dos Recursos Hídricos** (GESPARTI). Projeto de voluntariado ambiental para a Água, através da monitorização voluntária dos ecossistemas de água doce e costeiros, com recurso a bioindicadores.
- **Exploração da Barragem do Funcho**: apesar da clara insuficiência de meios, foi garantida a 100% a monitorização dos diversos parâmetros relacionados com o comportamento estrutural da barragem do Funcho e realizadas as manobras de órgãos inerentes à sua exploração, nas condições meteorológicas e hidrológicas verificadas no ano de 2018.
- Cumprimento das rotinas relacionadas com o **licenciamento e fiscalização de utilizações dos recursos hídricos interiores**, a cobrança da TRH e a emissão de pareceres sobre a afetação dos recursos hídricos, no âmbito dos diversos Regimes.
- Emissão e Gestão dos **TURH interiores** da RH8.
- Análise e **emissão de pareceres técnicos** no âmbito da legislação aplicável, em matéria de ordenamento do território (IGT, REN, RJUE) e avaliação de impacte ambiental.
- Acreditação de **novos métodos de ensaio do Laboratório da Região Hidrográfica do Algarve** (RH8).
- **Incêndio de Monchique** (agosto de 2018) – *Atividade não prevista*  
Na sequência do incêndio de Monchique, em articulação com os municípios de Silves, Monchique e Portimão, a ARH Algarve procedeu à avaliação do estado das linhas de água na zona percorrida pelas chamas e acompanhou a evolução da qualidade da água, superficial e subterrânea, na respetiva zona de influência.

Com vista à reposição de adequadas condições de escoamento e minimização de riscos decorrentes do incêndio, foram celebrados Protocolos entre os três municípios, a APA e o Fundo Ambiental, no qual os municípios assumem a concretização das medidas de proteção dos recursos hídricos, identificadas em articulação com a APA, o Fundo Ambiental garante o financiamento das mesmas a 100% e a APA acompanha e valida a execução física e financeira.

### 3.2 Litoral e Proteção Costeira

- Participação na **Comissão Nacional do Território**, no **Grupo de Trabalho da Reserva Ecológica Nacional** e no **Grupo de Trabalho da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial**.
- Representação da APA na equipa técnica e no grupo de pontos focais no âmbito da alteração do **Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT)**.
- Coordenação do **Plano de Ação Litoral XXI**.
- Revisão dos **Planos de Ordenamento da Orla Costeira**, por elaboração dos novos Programas da Orla Costeira (apoio e participação na conclusão do POC Alcobaça-Cabo Espichel e apoio e participação na elaboração dos POC de Caminha Espinho, Espichel-Odeceixe e Odeceixe-Vilamoura).
- Elaboração dos **Programas de Albufeiras de Águas Públicas**, decorrentes da revisão dos **Planos de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas** ou de novas albufeiras.
- Instrução e tramitação de processos de delimitação de **Domínio Público Marítimo**.
- **Demarcação e atualização da área de jurisdição** da Autoridade Nacional da Água.
- Apoio ao Ministério Público nas ações de **reconhecimento de propriedade privada**.
- Participação na **Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas**: Grupo de Coordenação, GT MAR (em co-coordenação com a DGPM) e GT BIODIV.
- Realização de diversas ações de **monitorização costeira** com recurso ao drone da APA.
- Implementação e desenvolvimento do **Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental (COSMO)**.
- Implementação e desenvolvimento do Projeto “**Caracterização de manchas de empréstimo na plataforma continental para alimentação artificial de troços costeiros (CHIMERA)**”.
- **Acompanhamento, registo e análise de ocorrências** de galgamento e movimentos de massa de vertente (situações de risco) no litoral, nomeadamente em situações de aviso meteorológico, carregamento de dados na plataforma de reporte de ocorrências e produção dos respetivos Relatórios Síntese das ocorrências.
- Submissão de três **candidaturas ao POSEUR** – Alimentação Artificial das Praias Urbanas da Costa da Caparica e de S. João da Caparica em 2019; Restruturação dos Esporões do Rio Alcoa – Nazaré; Estudo de Viabilidade da Transposição Aluvionar das Barras de Aveiro e da Figueira da Foz.
- Elaboração, análise e acompanhamento da implementação de **Planos de Segurança e Saúde em fase de projeto e de obra** e de **Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição**.

- Participação como parceiro no **Projeto REVIVE**, lançado pelo Turismo de Portugal, IP, tendo em vista a recuperação e valorização de património imobiliário público, cultural e histórico, no âmbito da gestão do Domínio Público Hídrico e regimes estabelecidos nos instrumentos de gestão territorial da competência da APA.
- Lançamento do **concurso público** para “Recolha, tratamento e carregamento de dados no **SIARL** (Sistema de Administração do Recurso Litoral) para ampliar o conhecimento costeiro sobre os riscos instalados em cenários de alterações climáticas.”
- Participação como parceiro no **projeto MarRisk**, projeto financiado pelo INTERREG que envolve entidades galegas e nacionais e que tem por objetivo prioritário a prevenção de riscos e otimização da gestão dos recursos naturais, com objetivo de promover a adaptação às alterações climáticas e aumentar a resiliência territorial e das atividades associadas face aos riscos costeiros instalados e os que se perspetivam.
- Participação na Comissão Nacional de Gestão de Risco de Inundações (CNGRI) no âmbito da elaboração dos PGRI – 2.º ciclo – no que se refere à Avaliação preliminar dos Riscos de Inundações nas zonas costeiras.
- Participação na Comissão Técnica de Acompanhamento das Águas Balneares e Comissão de Gestão de Albufeiras.
- Colaboração na implementação da medida **Simplex+2018: +Informação territorial para o cidadão** (liderada pela DGT).
- Realização de diversas **obras de intervenção nas zonas costeiras** (*vide anexo*).

### 3.3 Resíduos

- Contributos para a **elaboração de legislação nacional**: Transposição da Diretiva Quadro Resíduos em sede da revisão do Regime Geral de Gestão de Resíduos - Projeto UNILEX II; Revisão da Portaria e-GAR; Preparação do Diploma de execução do Regulamento do Mercúrio.
- Preparação dos Despachos de **licenças das Entidades Gestoras de Resíduos**: Valorcar, Valorpneu, ERP, AMB3E e Weecycle. Operacionalização das licenças das Entidades Gestoras SPV, Novo Verde, Amb3E – ERE, REEE e RPA, Sogilub, Ecopilhas, ERP Portugal – REEE e RPA, Weecycle, Valorcar-BVU e GVB: Análise dos planos de Prevenção, dos planos de Sensibilização, Comunicação & Educação e dos planos de Investigação & Desenvolvimento; Análise dos Planos de atividades 2019; Análise dos modelos de cálculo dos valores de prestações financeiras; Desenvolvimento de Documentos orientadores direcionados às EG para a operacionalização das respetivas licenças.
- Emissão de novas licenças dos operadores **CIRVER**.
- Coordenação do **Grupo de Trabalho sobre Plásticos**. Elaboração de relatório de progresso em maio de 2018 e relatório em dezembro.
- Elaboração do **Plano Estratégico de Resíduos Não Urbanos (PERNU 2030)**.
- Apoio à revisão do **Plano Estratégico de Resíduos Urbanos (PERSU 2020+)**.
- Estudo sobre a **produção e gestão de resíduos perigosos** a nível nacional.

- Conção dos **projetos Simplex + e-GAS** (desmaterialização das guias de acompanhamento de subprodutos) e **“Resíduos mais Simples”**.
- Acompanhamento da **Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER)** - Operacionalização do mecanismo de alocação e compensação do SIGRE; cálculo das Quotas de mercado; elaboração do caderno de encargos para a plataforma CAGER; acompanhamento do desenvolvimento do mecanismo de compensação para os REEE e RPA; acompanhamento e participação nos grupos de trabalho criados.
- Apuramento do montante da **Taxa de Gestão de Resíduos** e da **contribuição CAGER** e atualização e preparação respetivamente dos guias de liquidação e cobrança.
- Preparação e acompanhamento da **campanha MIRR** e respetivo tratamento dos dados. Articulação com o INE para preparação das estatísticas nacionais sobre resíduos.
- Preparação e acompanhamento da **campanha MRRU** e respetivo tratamento de dados. Articulação com o INE para preparação das estatísticas nacionais sobre resíduos urbanos e elaboração do Relatório de Acompanhamento de Resíduos Urbanos (RARU2017).
- Operacionalização da **plataforma e-GAR** e tratamento de dados.
- Contratação e acompanhamento da elaboração do **Estudo sobre as embalagens colocadas no mercado** e do **Estudo sobre o mapeamento da recolha seletiva de biorresíduos**.
- Monitorização e acompanhamento do **fluxo de Resíduos de Construção e Demolição**, o que incluiu preparação de inquéritos aos municípios e *workshops* de divulgação do protocolo europeu.
- Participação nos seguintes **grupos de trabalho nacionais**:
  - **GT de revisão da responsabilidade de gestão dos municípios** (constituído por operadores privados de gestão de resíduos urbanos, GSEAMB, ERSAR e APA);
  - **GT de regularização dos estatutos do sistema de gestão de resíduos BRAVAL** (constituído pela BRAVAL, ERSAR, GSEAMB e APA);
  - **GT para a revisão dos critérios de manutenção e monitorização de lixeiras encerradas** (grupo constituído pelo GSEAMB, CCDR e APA).
- Divulgação e **ações de comunicação** no âmbito do **registo de produtores, e-GAR** e **campanha MIRR** e de **ações de formação** ao SEPNA, PSP Bripas e Marinha.
- Elaboração do relatório sobre a **produção de Lamas de ETAR**.
- Elaboração de relatórios de acompanhamento da exploração de **incineradores de resíduos hospitalares**.
- **Estabelecimento dos requisitos mínimos de qualidade e eficiência** para a tratamento dos Veículos em fim de vida (VFV), pneus usados (PU), óleos usados (OU) e resíduos de pilhas e acumuladores (RPA).
- **Projeto de Registo de Produtores e de EG** – implementação e operacionalização; disponibilização/atualização de documentos de apoio, nomeadamente Manual e Perguntas Frequentes, monitorização dos registos e preparação de relatório com os resultados das declarações dos produtores/embaladores após realização de aberturas casuísticas. Preparação do Caderno de Encargos para a *2ª Release*.

- **Operacionalização da plataforma única de emissão de certificados de destruição de VFV** (entrada em vigor a 01.01.2018) – acompanhamento e monitorização, o que inclui reuniões com o IMT e validação de informação relativa as matrículas abatidas.
- Análise e acompanhamento de sete situações comunicadas como **danos ambientais ou ameaças iminentes de danos ambientais**.
- Desenvolvimento e disponibilização no *site* da APA do “**Guia de apoio ao preenchimento dos Parâmetros da Envolvente**”, de suporte à comunicação de danos na Plataforma de comunicação de dano ou de ameaça iminente de dano ambiental.
- Emissão de 32 pareceres de acompanhamento de situações de **solos contaminados**, designadamente no âmbito do licenciamento de operações de descontaminação de solos.
- Apoio à elaboração do “**Guidance on the management of contaminated sites**” da Convenção de Minamata para identificação e remediação dos locais contaminados com mercúrio e seus compostos.
- Participação como **formadores no curso do FUNDEC** “Definir um Programa Adequado para a Descontaminação de Solos”, realizado a 7 e 8 de março de 2018.
- Acompanhamento da recuperação dos seguintes **passivos ambientais industriais**: i) remoção das lamas de zinco depositadas no Parque Empresarial do Barreiro – 2.ª fase; e ii) remoção de resíduos depositados na zona norte do território da ex-Siderurgia Nacional, do promotor Baía do Tejo.
- **Apoio à preparação dos Estudos**: “*Estudo de Detalhe para a Caracterização do Estado de Contaminação dos Solos e das Águas Subterrâneas e Quantificação das Pirites Verdes Depositadas no Parque Empresarial do Barreiro*”, e dos novos Estudos de Detalhe a desenvolver pela Baía do Tejo, para a Quimiparque, no Barreiro – zona do Cais, e para a ex-Siderurgia Nacional, no Seixal – Vazadouro I, zona dos subprodutos da Coqueria e fundações da Nova Aciaria.
- Elaboração do **Relatório e Inventário Nacional de PCB** – ano de 2017.
- Acompanhamento da elaboração do **Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica**.
- Apoio à preparação dos **Avisos POSEUR** no contexto dos resíduos urbanos e respetiva emissão de pareceres e análise de candidaturas.
- Análise e decisão de processos de **classificação de subproduto**.
- Acompanhamento da Lei da Fiscalidade Verde no que respeita à **contribuição dos sacos de plástico leves** - contratualização e acompanhamento da elaboração de dois estudos: i) estudo do impacto obtido pela cobrança fiscal da taxa dos sacos de plástico leves; e ii) estudo do impacto esperado pela introdução de uma nova taxa sobre outros descartáveis de plástico fóssil.

### 3.4 Alterações Climáticas, Ar e Ruído

- Desenvolvimento do **Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050** com apresentação pública dos primeiros resultados a 4 de dezembro de 2018, no auditório da Fundação Calouste Gulbenkian e lançamento da respetiva consulta pública.

- Desenvolvimento e implementação do **Programa Nacional para as Alterações Climáticas** (PNAC2020/2030) e da **Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas** (ENAAC2020).
- Realização de um conjunto de sete **workshops setoriais** de *visioning* estratégico em torno da co-criação do futuro em 2050, num **Portugal Neutro em Carbono**, de 27 de março a 17 de abril de 2018.
- Desenvolvimento do **Plano Nacional de Energia e Clima 2030**, com submissão da versão *draft* à Comissão Europeia em dezembro de 2018.
- Aprovação da primeira **Lista de Políticas e Medidas no âmbito do Sistema Nacional de Políticas e Medidas** (SPeM) pela Comissão Interministerial do Ar, das Alterações Climáticas e da Economia Circular (CA2).
- Apoio à preparação da posição nacional nas negociações do **Pacote Clima e Energia 2030**, do **Pacote Energia Limpa para todos os europeus**, do **Pacote Europeu de Mobilidade** e da **União para a Energia e Ação Climática**.
- Acompanhamento das negociações do **Livro de Regras do Acordo de Paris**.
- Elaboração de proposta de decreto-lei para transposição parcial da **nova Diretiva CELE**.
- **SILiAmb**: desenvolvimento de ferramentas de tecnologias de informação para **apoio ao licenciamento, gestão e reporte dos operadores do regime CELE em Portugal** (instalações fixas e aviação).
- Preparação do **novo Regime** de Redução e Compensação das Emissões da Aviação Internacional (**CORSIA**).
- Consolidação da implementação em Portugal do **regime relativo aos gases fluorados com efeito de estufa**.
- Preparação de **Avisos para o Fundo Ambiental** para a **descarbonização da indústria**: Descarbonização de Gases Fluorados e Emissões de Processo na Indústria.
- Preparação de **Aviso para o Fundo Ambiental** para implementação de **medidas de adaptação**.
- **Acompanhamento** dos projetos financiados pelo Programa Comunitário **NER300**.
- Elaboração de proposta de decreto-lei para a operacionalização em Portugal do Regulamento Europeu relativo à **monitorização, comunicação e verificação das emissões de dióxido de carbono provenientes do transporte marítimo**.
- Início da avaliação do **descriptor Alterações Climáticas** nas **Avaliações de Impacte Ambientais**.
- Análise do descriptor **Alterações Climáticas** nas **Avaliações Ambientais Estratégicas**.
- **Reporte** à **Comissão Europeia** e à **CQNUAC**.
- Desenvolvimento do **Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (PA3C)**.
- Elaboração de proposta de **"Forest Reference Level"** a submeter à Comissão Europeia.
- Início da preparação da **Estratégia Nacional de Ruído Ambiente**.
- Preparação da proposta de diploma para **transposição Diretiva Tetos Nacionais de Emissão 2020 e 2030** com a publicação do Decreto-Lei nº 84/2018, de 23 de outubro.
- Início da preparação do **Programa Nacional de Controlo da Poluição Atmosférica**.

- Conclusão do diploma relativo ao **Regime de Emissões para o Ar (REAR)** que transpõe a Diretiva relativa às Médias Instalações de Combustão e procede à reunificação de toda a legislação nacional relativa às emissões atmosféricas num único diploma legal, com a publicação do Decreto-Lei nº 39/2018, de 11 de junho.
- Preparação do Decreto n.º 16/2018 de 5 de junho que aprova a Emenda ao Protocolo de Montreal, relativo às **Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono**, adotada em Quigali.
- Desenvolvimento do projeto POSEUR “Modernização do sistema de informação da qualidade do ar (QualAr) e reforço da monitorização da poluição de fundo”.
- Colaboração na operacionalização dos novos sensores de monitorização de QAr e do analisador de *black-carbon*.
- Início dos trabalhos relativos ao **Plano de comunicação em matéria de qualidade do ar**.
- Atualização das fichas temáticas da qualidade do ar e ruído do Relatório do Estado do Ambiente (REA) e dos indicadores do INE.
- Acompanhamento dos trabalhos de inclusão do **Título de Emissões para o Ar (TEAR)** no SILiAmb - licenciamento assegurando as interligações com LUA e SIR.
- Coordenação da realização do P2P para a **monitorização dos efeitos da poluição do ar nos ecossistemas**, estipulada pelo Decreto-Lei n.º 84/2018, de 23 de outubro.
- Participação e acompanhamento dos trabalhos nas **reuniões de peritos da Agência Europeia do Ambiente** para o ruído e a qualidade do ar.
- Preparação e **submissão à Comissão Europeia** dos relatórios, no âmbito do Regulamento Comunitário 1005/2009 e de reportes de emissões de grandes instalações de combustão, de avaliação anual da qualidade do ar e de mapas estratégicos e planos de ação de ruído.
- Realização de sessões de apresentação e discussão do **Guia de Harmonização da Aplicação das Licenças Especiais de Ruído** nas cinco regiões do país.
- Incremento dos processos de aprovação de **Mapas Estratégicos de Ruído** e de **Planos de Ação** para dar cumprimento ao passivo constante do processo do EUpilot lançado pela CE.
- Participação no programa **ECO XXI** enquanto júri de avaliação nos indicadores de qualidade do ar e ruído.

### 3.5 Avaliação, Gestão e Licenciamento Ambiental

- **Conceção Ecológica de Produto** – SIFIDE: Avaliação e emissão de pareceres às candidaturas recebidas, em colaboração com o LNEG. As decisões finais foram remetidas à ANI, conforme procedimento estabelecido.
- **Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas (ENCPE 2020)**: Desenvolvimento e implementação da ENCPE, com a realização da Sessão Pública em fevereiro de 2018, ativação de seis Grupos de Trabalhos dos produtos prioritários e realização de reuniões para definição dos Manuais de Critérios Ecológicos, e realização da Consulta Pública dos documentos. Assegurada a atualização e manutenção do *site* nacional da ENCPE.



- Projeto LIFE CAP/PT/000004: Assegurada a realização das ações e tarefas aprovadas no Pedido de Alteração, ajustadas ao novo modelo de submissão de candidaturas ao Subprograma Ambiente. Assegurada a atualização e manutenção do *site* nacional do LIFE.
- **Sistema de qualificação de verificadores:**
  - CELE: Realização de Sessão Informativa na nova Plataforma de Reporte CELE - janeiro de 2018;
  - EMAS: Realização do 17º Encontro de Verificadores – novembro de 2018;
  - SGSPAG: Realização de auditorias de testemunho presencial;
  - Pós-AIA: Desenvolvimento do 2º processo de qualificação e realização de Sessão de Informação para os novos verificadores qualificados – novembro de 2018;
  - PCIP: Desenvolvimento do processo de qualificação de verificadores e designação dos verificadores qualificados.
- **Certificação de Técnicos ODS e FGases:** Análise e decisão sobre pedidos de Certificação de Técnicos, tendo sido emitidos cerca de 380 certificados.
- **Normalização:** Desenvolvimento das atividades enquanto Organismo de Normalização Setorial (ONS), responsável por assegurar o apoio às Comissões Técnicas nos domínios da Gestão Ambiental e da Qualidade do Ar.
- **EMAS:** Análise e acompanhamento de todos os pedidos de registo, manutenção ou renovação submetidos por organizações. Assegurada a atualização e manutenção do *site* nacional do EMAS.
- **Rótulo Ecológico da União Europeia:** Desenvolvimento das atividades associadas às funções de entidade responsável pela Comissão de Seleção das candidaturas à atribuição do REUE.
- Prémios Defesa Nacional e Ambiente e *European Business Awards for the Environment*: Análise e emissão de pareceres sobre as candidaturas recebidas.
- Participação ao nível europeu nos Comitês LIFE, EMAS e nos Grupos de Peritos do GPP.
- Preparação e articulação da posição nacional a adotar relativamente às propostas legislativas sujeitas a votação em sede do **Comité REACH (44)**.
- Preparação de Modelo de Documento de suporte à Posição Nacional a adotar no Comité REACH para pedidos de autorização, por forma a simplificar e agilizar a concertação nacional.
- Acompanhamento e participação nos trabalhos resultantes do **REACH Review**.
- Preparação e submissão à ECHA de uma **proposta nacional de classification and labelling (CLH)**, e acompanhamento das propostas anteriormente submetidas.
- Avaliação e conclusão da totalidade das **notificações de exportação PIC (45)**.
- Avaliação ambiental de Substâncias Ativas **Biocidas**, incluindo a avaliação do Persulfato de Sódio e submissão do respetivo relatório de avaliação à DGS, e acompanhamento e discussão das propostas anteriormente submetidas.
- Função de relator no âmbito do **Comité de Avaliação dos Riscos (RAC)** para três dossiês CLH: conclusão e apresentação em sala da opinião do RAC para um CLH e “*accordance check*” de outros dois CLH; Participação na sessão do RAC “*Rapporteurs’ Preparatory Meeting on*



*Environment*”, como orador, com o tema: *“Use of non-standard species in aquatic ecotoxicology”*.

- Acompanhamento e **participação nas reuniões prioritárias da ECHA e da COM** (16 Comitês/Grupos de especialistas).
- *Manual Screening* de 3 substâncias do grupo *“biphenyl derivatives”* no Round 5/2018 e submissão dos respetivos resultados à ECHA na forma de *“Justification Documents”*.
- Início do acompanhamento efetivo dos **nanomateriais**, incluindo o acompanhamento e participação nas reuniões do *Nanomaterial Expert Group (2/2)*, bem como no *“Workshop on supporting the implementation of the REACH information requirements for nanomaterials”*.
- Avaliação e autorização de oito notificações para uso confinado de **Organismos/Microorganismos Geneticamente Modificados (OGM/MGM)**: duas notificações classe de risco 1, cinco notificações classe de risco 2 e uma notificação de classe de risco 3 (primeira notificação de risco 3 avaliada pela APA).
- Participação na preparação da posição a adotar pela UE na 9.<sup>a</sup> Conferência das Partes ao **Protocolo de Cartagena**, incluindo a participação nas respetivas reuniões do WPIEI (2/6).
- Início do acompanhamento dos **Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)**, incluindo a preparação de Estratégia para implementação da Convenção de Estocolmo e do Regulamento POPs e o desenvolvimento das atividades de curto/médio prazo planeadas.
- Acompanhamento e participação nas discussões inerentes à reformulação do **Regulamento (RECAST)**, incluindo a participação nas respetivas reuniões do WPE (3/6).
- Início do acompanhamento e participação nas reuniões de Autoridades Competentes para o **Regulamento POPs** (1/3).
- Participação na elaboração de proposta de diploma de execução **do Regulamento do Mercúrio**, bem como no *Mercury Committee* e no *Mercury Expert Group (MEG)*, no âmbito da interface com o Regulamento PIC.
- **Licenciamento Único de Ambiente (LUA)** – Administração de um vasto número de processos de licenciamento, que tramitam no módulo LUA, alojado no SILIAMB. Esta ferramenta contempla um simulador que identifica os regimes de licenciamento aplicáveis a cada pedido/projeto em questão. Em 2018, foram efetuadas **9320 simulações no módulo LUA** e, atendendo à complexidade da legislação ambiental, a APA efetuou o acompanhamento dos requerentes em termos do preenchimento do simulador. Em termos de processos de licenciamento, foram submetidos **989 processos no módulo LUA** em 2018.
- Emissão de **392 Títulos Únicos Ambientais** em 2018, totalmente desmaterializados.
- Para além dos processos que tramitaram no módulo LUA, a APA recebeu via Consola do Cliente do IAPMEI, **482 solicitações** referentes a pedidos de enquadramento, pedidos de parecer, convocatória para vistoria, envio de títulos de instalação e exploração, entre outros.
- Outros desenvolvimentos do **módulo LUA**: fase final da *release 3* do módulo LUA; melhoria contínua do simulador do LUA, tendo sido disponibilizadas em 2018, 22 versões do simulador; desenvolvimento de novas funcionalidades de *BackOffice*.
- **Administrar o processo de licenciamento ambiental** de um universo de cerca de 930 instalações abrangidas pelo Regime de Emissões Industriais (REI) e o processo nacional relativo ao Regime

Europeu de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR) que abrange cerca de 727 instalações.

- **Licenciamento e acompanhamento das instalações abrangidas pelo REI:** i) emissão de 169 decisões no âmbito da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP); ii) emissão de decisões de mais de 70% do passivo nos processos no âmbito da PCIP; iii) melhoria do tempo de análise/resposta dos processos submetidos via Plataforma SILiAmb.
- Na qualidade de **Autoridade Nacional Competente PRTR:** i) validação dos cerca de 730 formulários PRTR enviados pelos operadores PRTR; ii) submissão do PRTR à Comissão Europeia.
- Acompanhamento das instalações sujeitas a licenciamento ambiental, tendo realizado cerca de **70 vistorias/visitas técnicas a instalações PCIP.**
- Acompanhamento europeu de **11 documentos de referência sobre Melhores Técnicas Disponíveis (BREF)** em revisão, referentes a 11 setores de atividades constantes do anexo I do diploma REI.
- Colaboração na elaboração da proposta de legislação relativa ao **Regime Jurídico dos Produtos Explosivos e Substâncias Perigosas** e sua integração com o módulo LUA, alojado no SILIAMB.
- Colaboração na elaboração da Portaria relativa ao **Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (NREAP)** e participação nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Exercício da Atividade Pecuária (CAEAP) e nas do Grupo de Trabalho NREAP.
- Participação nas reuniões bimensais de acompanhamento dos Projetos de Interesse Nacional (PIN), realizadas pela **Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI)**, tendo assegurado o acompanhamento de cerca de 40 projetos.
- Elaboração do documento que estabelece a **metodologia a aplicar aos Aterros** com planos de encerramento/ desativação.
- Colaboração na elaboração das **especificações técnicas do caderno de encargos** para: i) procedimento relativo ao SIG\_LUA; ii) procedimento relativo à fusão de *BackOffice*; iii) concurso internacional, relativo à *Release 4 – Melhorias no módulo LUA*; iv) desenvolvimento do Módulo PRTR no SILiAmb.
- Acompanhamento dos projetos *IMPEL: Supporting Implementation IED* e *Doing the Right Things for Permitting*.
- Participação na implementação do **Sistema de Verificadores PCIP**, através da elaboração de vários documentos: i) Termos e condições para verificação no âmbito da PCIP; ii) Modelo de relatório de verificação no âmbito da PCIP; iii) Modelo de Relatório Ambiental Anual (RAA) no âmbito da PCIP.
- Avaliação Ambiental Estratégica (AAE):
  - Participação e pronúncia em cerca de 30 procedimentos de **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos/Programas**, com especial enfoque para o acompanhamento das reprogramações dos Programas Operacionais e do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo.
  - Lançamento de um pedido de informação endereçado a todas as Câmaras Municipais (continente e Regiões Autónomas), relativos aos **planos e programas aprovados no decorrer de 2016 e 2017**, tratamento e análise da informação recolhida.

- Lançamento de um **Questionário sobre a aplicação e eficácia do regime jurídico relativo à AAE**, na plataforma PARTICIPA.
- Proposta de **documentos de orientação para promoção de boas práticas em AAE**, nomeadamente atualização de Nota Técnica, relativa à elaboração e divulgação das Declarações Ambientais e desenvolvimento de uma nova Nota Técnica referente à fase de avaliação e controlo em sede dos procedimentos de AAE.
- Acompanhamento do programa para a adequação e a eficácia da regulamentação **REFIT**: respostas a diversos questionários neste âmbito.
- Organização da **Sessão "Eficácia da Avaliação Ambiental Estratégica em Portugal"** | 7 de setembro de 2018, 10h00, Auditório da APA, com a Professora Maria do Rosário Partidário e a Doutora Margarida Monteiro.
- Reforço da divulgação de informação relevante no contexto da AAE aos vários *stakeholders* envolvidos.
- Avaliação de Impacte Ambiental (AIA):
  - Coordenação de **32 processos de avaliação de impacte ambiental, sete processos de verificação da conformidade ambiental do projeto de execução e de sete processos de definição de âmbito**, dos quais se destacam os seguintes projetos: Ligação Ferroviária entre Évora e Évora Norte, Terminal do Barreiro, Terminal Vasco da Gama, Prolongamento do Quebra-Mar Exterior e Acessibilidades ao Porto de Leixões, IP5 - Vilar Formoso / Fronteira, Prolongamento entre a Estação Rato (Linha Amarela) e a Estação Cais do Sodré (Linha Verde) – Metro de Lisboa, Linha Circular - Troço Liberdade/S. Bento - Boavista/Casa da Música – Metro do Porto, Linha D - Prolongamento a Vila d'Este – Metro do Porto, entre outros.
  - **Apreciação prévia e emissão de decisão sobre a aplicabilidade** do regime jurídico de AIA a 250 projetos, dos quais 181 respeitam a projetos solares.
  - Elaboração de uma **proposta de portaria relativa aos requisitos para peritos competentes** em AIA, em colaboração com a CCDR Norte e a CCDR Centro.
  - **Coordenação do Grupo de Pontos Focais das Autoridades de AIA**, incluindo a organização da sua 21.ª reunião.
  - Lançamento da discussão sobre a abordagem a adotar relativamente à integração dos novos fatores ambientais.
  - Análise dos oito projetos selecionados pelo **Programa Polar Português (PROPOLAR)** no âmbito das Candidaturas a Apoio a Projetos de Investigação Polar para o período de 2018-2019 e o acompanhamento dos projetos aprovados no anterior período de 2017-2018.
  - **Acompanhamento ambiental de cerca de 430 projetos**, de entre os quais se sublinham os seguintes: definição de condições para o início de exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, participação nos trabalhos da Comissão de Acompanhamento do Sistema Electroprodutor do Tâmega, implementação de uma estratégia de pós-avaliação articulada dos projetos do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, com a CCDR Alentejo, acompanhamento da construção de projetos particulares: ETAR Faro e Olhão,

Desassoreamento do Açude Ponte de Coimbra, Melhoria das acessibilidades do Porto de Setúbal, Novas instalações da Carmona.

- Início da **implementação do Sistema de Qualificação dos Verificadores de Pós-avaliação**, incluindo a realização de sessões de esclarecimento com os verificadores.
- Prevenção de acidentes graves (PAG):
  - **Eliminação do passivo de apreciações** pendentes de revisões quinquenais de relatórios de segurança entregues no quadro do regime PAG.
  - Apreciação de **19 relatórios de segurança, 13 pareceres sobre compatibilidade de localização** de estabelecimentos e sobre projetos na envolvente de estabelecimentos, incluindo em sede de AIA, e **82 pedidos de enquadramento** no regime PAG.
  - Continuação da elaboração do **cadastro das zonas de perigosidade**.
  - Coordenação de reuniões de articulação com ANPC, DGT e CCDR no quadro dos trabalhos de preparação da Portaria relativa ao ordenamento do território.
  - Participação no **grupo de trabalho interministerial** relativo à revisão da legislação de explosivos e artigos de pirotecnia.

### 3.6 Economia Circular

- Desenvolvimento das **ações previstas no Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)**, que se enquadram nas competências da APA.
- Co-coordenação, com a área governativa da economia, do **Grupo de Coordenação previsto no PAEC**.
- Prestação do **apoio administrativo e logístico ao Grupo de Coordenação previsto no PAEC** na realização das 4 reuniões deste Grupo.
- Estabelecimento de **“Acordos Circulares”**:
  - Acordo circular para o uso eficiente do plástico na cadeia de valor do: i) Setor das bebidas refrescantes não alcoólicas (PROBEB); ii) Setor da hotelaria e da restauração (AHRSP); iii) Setor das águas minerais naturais e de nascente (APIAM).
  - Acordo circular para a transição para uma economia circular no Campus da Nova *School of Business and Economics*.
- Participação no grupo de interesse sobre **Economia Verde da EPA Network**.
- Participação no Grupo de trabalho constituído no Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente sobre o **Eco-parque do Relvão**.
- Integração da APA na **rede do European Resource Efficiency Knowledge Centre (EREK)**.
- Participação nos grupos de trabalho temáticos ativos da **Coligação para o Crescimento Verde**.
- Apoio à redação dos **Avisos do Fundo Ambiental no âmbito da Economia Circular**:
  - Apoiar a Economia Circular 2017: Fase 2
  - Apoiar Economia Circular 2018: garantir a transição
  - DURE: Repensar os plásticos na economia: desenho, uso, e reciclagem
  - JUNTAR: economia circular em Freguesias
- Participação em diversas **ações de sensibilização/ comunicação alusivas à economia circular**.

## 3.7 Temas transversais

### Educação ambiental

- **Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA):** Supervisão da ENEA; avaliação de 166 projetos candidatos ao Fundo Ambiental (apoiados 53 com 1,9M€, em 3 avisos); dinamização do *site* ENEA2020 (notícias, projetos, organizações); articulação e participação ativa (co-autoria) em outros documentos estratégicos.
- **Ações de Educação Ambiental:** acompanhamento de 14 eventos dinamizados pelos professores em mobilidade e apreciação de sete Planos de Atividades e de sete Relatórios de Atividades.
- Coordenação da **Semana Europeia da Mobilidade “Combina e Move-te”**: adesão de 31%, que corresponde a 95 municípios, 99 localidades; realização de três *workshops* regionais dirigidos aos municípios, com a colaboração do Secretariado Europeu; realização de três reuniões de coordenação europeia/nacional; validação do registo de participação no portal europeu; tradução de material comunicacional; avaliação da iniciativa.
- Cerca de 3000 avaliações (concursos; júris; projetos) a **Programas e Projetos de Educação Ambiental**.
- Validação de conteúdos e metodologia do **Projeto 80** e *roadshow* nacional em 36 escolas.
- Desenho da plataforma colaborativa dos **Equipamentos de Educação Ambiental (EqEA)** e definição dos termos de referência para a base de dados. Dinamização da Rede Nacional de EqEA (partilha de iniciativas) e cooperação com redes regionais de EqEA (reuniões de trabalho; permuta de metodologias).
- Realização de 424 horas de **formação ambiental** a diversas instituições da Administração Pública (124 formandos do SEPNA/GNR; 50 formandos da GNR; 45 formandos da BriPA / PSP; 45 formandos do Exército; 150 formandos da Marinha; 4 formandos da DGT e 3 formandos do Governo Regional dos Açores.
- Acompanhamento da **Convenção de Aarhus**.
- Gestão do **Registo Nacional de ONGA e Equiparadas**.
- Continuidade do **programa de monitorização do Lixo Marinho em praias de Portugal Continental**: incluídas mais três praias – Furadouro Sul (Ovar), Aberta-Pedrogão (Leiria) e São Félix da Marinha (Vila Nova de Gaia); efetuadas 53 campanhas de amostragem, cumprindo as orientações da Convenção OSPAR. A plataforma eletrónica de reporte da iniciativa coordenada pela APA, designada “[Do rio ao mar, sem lixo](#)” já está disponível ao público em geral através da Rede Cidadã e às equipas que asseguram o reporte nacional através da Rede Principal.

### Comunicação e Atendimento

- Edição e gestão dos **conteúdos do site da APA** (196 edições), de 236 **comunicações internas** e organização de 27 **eventos internos**.
- **Gestão de salas e equipamentos da APA** (1516 pedidos de marcação).
- Gestão das respostas aos 432 **pedidos dos órgãos de comunicação social** e dos 64 **comunicados à imprensa**.
- Gestão dos 315 pedidos da tutela para proposta de **resposta aos grupos parlamentares da Assembleia da República**.

- Análise diária das **notícias com referência à APA** nos diversos meios de comunicação social (3082 notícias em 2018) e posterior divulgação interna.
- **Representação institucional** em 35 eventos (seminários, conferências, jornadas); acompanhamento *in loco* de cinco etapas do Rally de Portugal 2018 e redação do respetivo relatório de acompanhamento.
- Apoio às **publicações institucionais** - 233 trabalhos gráficos: *design* e paginação de vários documentos internos, convites, capas, sinalética, badges, protocolos, certificados; cinco *quality check* a documentos da AEA e da Comissão Europeia.
- Gestão dos 732.871 acessos ao **Portal Participa** e dos 3133 comentários;
- Gestão das **Consultas Públicas APA**: 40 AIA; duas de apreciação prévia de sujeição a procedimento de AIA; e 5592 pareceres de consultas públicas de AIA analisados.
- Gestão da Parceria APA & Águas de Portugal, no âmbito do **Portal da Água** (Publicidade institucional na imprensa, em media digital, em ATM, no exterior, redes sociais, website e meios próprios, cinco folhetos).
- **Estudo diagnóstico do Atendimento na APA** (abril a julho de 2018) e desenvolvimento de um novo modelo estratégico e operacional do Atendimento da APA (agosto a outubro de 2018).
- Implementação do **Novo Modelo de Atendimento**, integrado e multicanal, que compreendeu as seguintes ações:
  - Elaboração do Catálogo de Serviços da APA;
  - *Business Case* para o *Outsourcing* do *call center* (2019-22): avaliação custo-benefício da externalização de parte do catálogo de serviços prestados pela APA ao Cliente;
  - Caderno de encargos para a contratação do serviço de *call center* para o triénio (2019-22), com especial foco sobre os requisitos técnicos e humanos;
  - Modelação dos espaços de Atendimento. Para cada uma das três tipologias de espaços de atendimento (serviços centrais, ARH e respetivos polos), foi identificado um conjunto de requisitos mínimos para que os espaços estejam alinhados com a imagem e os *standards* que a APA pretende implementar no novo modelo de atendimento.
  - Desenvolvimento do Plano de Implementação do Modelo de Atendimento onde se encontram detalhadas as várias atividades a executar, os seus responsáveis e o calendário de execução.
  - Elaboração de um plano de formação (interna e externa) para a área de atendimento;
  - Criação da ferramenta de marcação de atendimento presencial. (<https://atendimento.apambiente.pt>)
  - Base de dados de conhecimento: desenvolvimento de um manual com as *guidelines* para o atendimento a serem seguidas pelo *front-office*, *back-office* e técnicos.
  - Roteiro para Ecossistema Tecnológico, com foco na componente CRM;
  - Comunicação interna do projeto, através de um *workshop* no auditório da APA, com a participação dos dirigentes da organização (sede e ARH), para apresentação das conclusões do diagnóstico e do novo modelo estratégico e operacional.

### Atividade internacional

- Participação em centenas de **grupos de trabalho e comités de acompanhamento e negociação de legislação europeia em matéria de ambiente.**



- Acompanhamento dos **Grupos de Trabalho e Comitês Técnicos** das várias Diretivas relativas aos resíduos.
- Coordenação técnica das **negociações da Diretiva “Single Use Plastics”** no quadro da Estratégia Europeia dos Plásticos.
- Acompanhamento das negociações da revisão do **Regulamento dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)** e da proposta de **regulamento relativo à harmonização das obrigações de comunicação de informações** no âmbito da política ambiental, na vertente da **Diretiva da Responsabilidade Ambiental**.
- Participação no **Fórum Mundial da Água (FMA2018)**, de 18 a 23 de março de 2018, em Brasília, maior evento do mundo relacionado com a água, organizado pelo Conselho Mundial da Água. A APA participou ativamente na preparação e no decorrer do evento, nomeadamente organizando sessões no Pavilhão de Portugal e mobilizando os países da CPLP através do processo que se designou “CPLP Rumo a Brasília 2018”.
- Participação na **Sessão Ministerial sobre Cooperação transfronteiriça na gestão de bacias hidrográficas internacionais**, evento comemorativo do 20.º Aniversário da Convenção de Albufeira, Brasília, 20 de março de 2018.
- Participação na **reunião do Grupo de Trabalho de Planeamento da CADC**, Évora, 23 de maio de 2018.
- Participação na **reunião do Grupo de Trabalho de Informação da CADC**, Porto, 5 e 6 de julho de 2018.
- Participação na **XXI reunião plenária da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira**, Madrid, 25 de outubro de 2018.
- Participação no **Seminário “XX aniversário da Convenção de Albufeira”**, que encerrou as comemorações do 20.º aniversário da assinatura da Convenção de Albufeira, Valladolid, 21 de novembro de 2018.
- Participação na **XIX Conferência de Diretores Ibero-Americanos da Água (CODIA)**, realizada de 5 a 8 de novembro de 2018, em La Antigua, Guatemala.
- Em 2018 foi formalizada a **Reunião de Diretores de Recursos Hídricos da CPLP**, processo em que a APA teve um papel de liderança em parceria com a Agência Nacional de Águas do Brasil.
- Participação em **13 reuniões técnicas e dois comitês** no âmbito de emergências nucleares e radiológicas e proteção radiológica ambiental.
- Acompanhamento europeu do **Regime Europeu de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR)**, tendo participado nas reuniões dos comitês e grupos técnicos.
- Acompanhamento e participação nas reuniões do Grupo de Estratégias e do Órgão Executivo da **Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância**.
- Acompanhamento e participação nas reuniões comunitárias e internacionais na vertente **qualidade do ar e substâncias que empobrecem a camada de ozono**.
- Participação e acompanhamento dos trabalhos nas reuniões dos **grupos de trabalho da Agência Europeia do Ambiente**, nos vários domínios ambientais.
- Reeleição do presidente da APA para a presidência do **Comité de Políticas Ambientais (EPOC)** da OCDE.
- Participação no **Workshop da OCDE sobre Green Budgeting**, enquadrado na iniciativa *Paris Collaborative on Green Budgeting*, lançada em dezembro de 2017 no *One Planet Summit* (Organização das Nações Unidas e Banco Mundial).
- Participação no Grupo de Interesse **Green Finance da EPA Network**.

- Acompanhamento comunitário em matéria de **AIA, AAE e PAG**, designadamente ao nível dos respetivos grupos de peritos.
- Acompanhamento da **Convenção de Espoo** relativa à AIA no contexto transfronteiriço e do Protocolo de Kiev relativo à AAE no contexto transfronteiriço, incluindo:
  - Representação no Comité de Implementação da Convenção Espoo;
  - Participação na reunião do Grupo de Trabalho sobre AIA e AAE;
  - Representação no Grupo Ad-hoc sobre a extensão da licença sobre as centrais nucleares.
- Acompanhamento da **Convenção sobre os Efeitos Transfronteiriços de Acidentes Industriais** (participação na 10.ª COP).
- Acompanhamento do **Protocolo** de atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha **sobre a aplicação às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços**, incluindo a organização de duas reuniões bilaterais.
- Partilha da experiência nacional no *Seminar on Land-Use Planning and Industrial Safety*, organizado no quadro da **Convenção sobre os Efeitos Transfronteiriços de Acidentes Industriais**.

### Transformação digital

- Atualização tecnológica do **SILiAmb** com introdução de cinco novos módulos tecnológicos: Fluxos específicos; novo módulo de gestão de estabelecimentos; novo módulo SEVESO; SIG Lua; LUA e *release 3* do módulo LUA.
- Atualização tecnológica do **SNIAmb**: Novo módulo de relatório de condicionantes e novo visualizador.
- Em 2018, entrou em produção a fase final da **release 3 do módulo LUA** que compreendeu:
  - Melhorias e correções no simulador, em termos dos enquadramentos nos regimes PAG e AIA;
  - Melhorias em termos de funcionalidades do formulário em *FrontOffice*, com uma maior interligação entre a informação disponibilizada no simulador e formulário;
  - Desenvolvimento de novas funcionalidades de *BackOffice*, a saber:
    - Possibilidade de acesso de consulta a entidades externas dos processos submetidos no módulo LUA;
    - Possibilidade de solicitação de pareceres a entidades externas, via módulo LUA;
    - Migração automática dos TUA\_ OGR para o SILOGR;
    - Possibilidade de alteração dos TUA emitidos, por iniciativa da administração, com a funcionalidades já existentes em termos e audiência de interessados e vistoria se aplicável;
    - Alterações no simulador (*FrontOffice*) e tramitação de *BackOffice* para a inclusão de novos resultados decorrentes dos novos regimes de licenciamento no domínio do ambiente: Regime de Prevenção e Controlo da Poluição para o Ar.
- **Sistema de Business Intelligence (BI)**: resíduos; recursos hídricos; atualização das vertentes CELE e CELE Aviação.



## Planeamento e Resposta à Emergência

- Supervisão e controlo da **Rede de Vigilância em Contínuo da Radioatividade no Ambiente (RADNET)**, garantindo 99% de disponibilidade nas estações da RADNET durante o ano de 2018.
- Prevenção 24 horas/7 dias por semana, do Centro de Resposta para Emergência Radiológicas da APA, tendo assegurado a resposta a **18 ativações** da prevenção.
- Investimento de 265 mil euros na  **aquisição de equipamentos e expansão da RADNET** em 2018. Foi instalada uma estação de espetrometria gama na água no rio Douro, na barragem do Pocinho, cujos dados já se encontram disponíveis ao público no *website* da APA.
- Participação em 11 **workshops e conferências nacionais e internacionais**.
- Participação em **13 reuniões técnicas internacionais e dois comités** no âmbito de emergências nucleares e radiológicas e proteção radiológica ambiental.
- Participação em **dois grupos de trabalho internacionais** “*Working Group on Environmental Impact Assessment and Strategic Environmental Assessment*” da UNECE e “*Working Party on Nuclear Emergency Matters (WPNEM)*”, da NEA/OCDE.
- Participação, como peritos convidado, em **duas missões da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA)**: missão “*Emergency Preparedness Review*” a Cuba e missão “*Integrated Regulatory Review Service*” à Áustria.
- Participação em **sete exercícios organizados pela AIEA e Comissão Europeia**, e participação na organização do **exercício CELULEX2018**, com o Exército Português.
- Submissão de **dois artigos** intitulados “*The impact of different Atmospheric Dispersion Models in the results of the European Model for Inhabited Areas after a Radiological Scenario*” e “*Use of biological dosimetry to confirm radiation overexposure - case study*”.
- Participação em **três projetos comunitários de I&D** no âmbito do Programa H2020: **CONFIDENCE** - “*Coping with uNcertainties For Improved modelling and DEcision making in Nuclear emergenCiEs*”, **CONCERT** - “*CONCERT-European Joint Programme for the Integration of Radiation Protection Research*” e **ECCOFEX** - “*ISFP-2017-AG-PROTECT - On the feasibility of the creation of a European CBRN Centre of Excellence*”.
- Participação no **Grupo de Trabalho de transposição da Diretiva 59/2013 EURATOM - Basic Safety Standards**.
- Participação em **dois projeto de investimento INTERREG** com a região da Extremadura de Espanha: intitulados “*RAT-VA-PC e RAT-VA-PC 2 - Redes de Alerta Temprana en sistemas de Vigilancia Ambiental y Proteccion Civil*”.
- Planeamento e **realização da ação de sensibilização** “*Krítica - Caracterização da ameaça terrorista ao sector do abastecimento de água*” para os colaboradores da APA e para Comissões do Planeamento Civil de Emergência.
- Participação, como palestrante, em **oito cursos nacionais e internacionais de formação especializada** e colaboração no planeamento da 4ª Edição do Curso de Emergências Radiológicas (CER), da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).
- Colaboração com **três estabelecimentos de ensino**, FCT NOVA, Universidade do Aveiro e IST no âmbito de estágios e de teses de doutoramento.

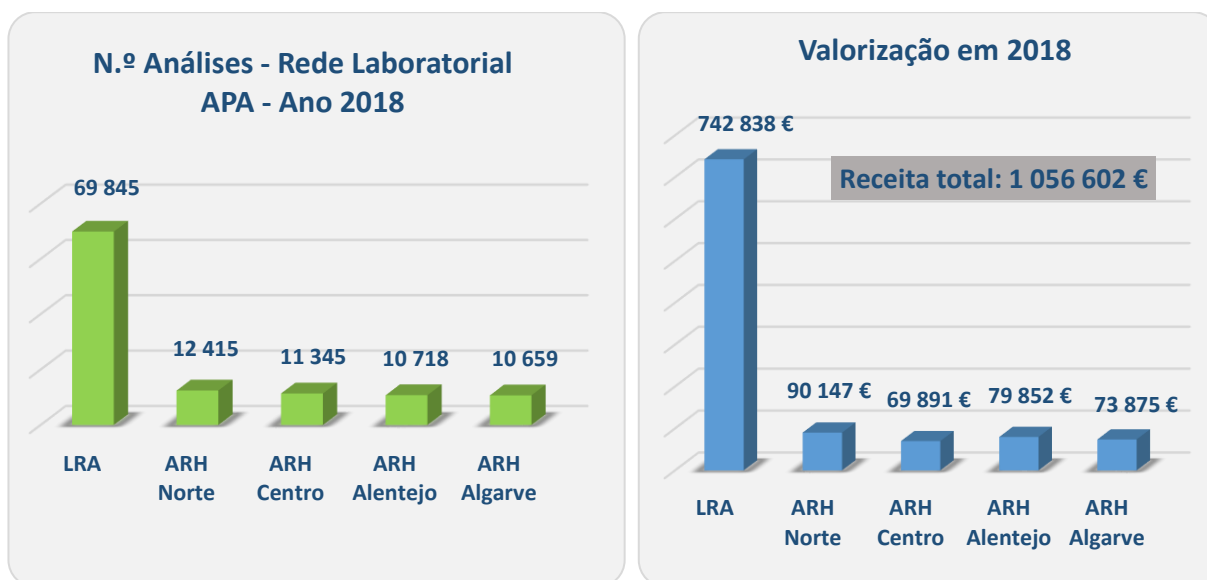
## Rede laboratorial e LRA

Em 2018, a rede laboratorial da APA realizou **114 982 análises** que correspondem a **7 986 amostras** e originaram uma **receita de 1,057 milhões de euros** (figura 1).

Foram também desenvolvidas as seguintes atividades:

- Foram implementados **10 novos métodos de análise** e **acreditação de mais oito métodos de análise**;
- Foi **retomada a acreditação do Laboratório da ARH Centro** (gestão e métodos de análise);
- Foi aferido o desempenho da atividade laboratorial através da participação em **17 ensaios de aptidão internacionais e nacionais**, incluindo a deslocação a ISPRA, JRC para participação no ensaio de partículas atmosféricas (PM<sub>10</sub> e PM<sub>2,5</sub>);
- Foram **adquiridos 15 equipamentos novos**, no âmbito da modernização tecnológica em curso.

**Figura 1 – Análises realizadas na rede laboratorial da APA e faturação associada**



Fonte: LRA

A Rede Laboratorial e o LRA participam na **caracterização analítica das seguintes áreas relevantes**:

- Projeto Tejo Limpo;
- Passivos ambientais (por ex. São Pedro da Cova e Pedreiras de Lourosa);
- PNFA – Plano Nacional de Fiscalização;
- Emergências e reclamações, incluindo solicitações do Tribunal ou do Ministério Público;
- Diretiva Gestão da Qualidade das Águas Balneares:
  - Monitorização da qualidade das águas balneares Costeiras, Interiores e de Transição (estuários);
- Diretiva Quadro da Água e demais legislação complementar:
  - Monitorização da qualidade das águas subterrâneas;
  - Monitorização da qualidade da água das Albufeiras;

- Monitorização da qualidade da água dos rios e ribeiras;
  - Monitorização de substâncias prioritárias nos sedimentos;
  - Análise de biota (peixe e mexilhão) para avaliar fenómenos de bioacumulação;
  - Outras: Rede Nitratos, Substâncias Perigosas.
- Diretiva da Qualidade do Ar:
- Monitorização dos poluentes atmosféricos NO, NO<sub>2</sub>, CO, SO<sub>2</sub>, PM<sub>2,5</sub> e PM<sub>10</sub> na estação de referência de Alfragide (APA);
  - Realização de exercícios de intercalibração com as CCDR para validação dos dados produzidos em contínuo;
  - Realização de ações de formação em garantia e controlo de qualidade para as CCDR, para aplicação de requisitos de qualidade às medições em contínuo.

### Fiscalização

Em linha com o Plano de Atividade da APA para 2018, foi desenvolvido o programa anual de fiscalização de recursos hídricos, com o objetivo de definir estratégias equilibradas, exequíveis e sobretudo focalizadas em setores de atividade com potenciais impactos ao nível dos recursos hídricos. No total foram realizadas **2289 ações de fiscalização**. Para além da verificação das diferentes disposições legais, foram igualmente avaliadas situações decorrentes de reclamações/denúncias e de procedimentos de licenciamento em curso. Ao todo foram lavrados **1145 autos de notícia**, dos quais foi iniciada a instrução de **570 processos de contraordenação**. Salienta-se a articulação uma vez mais promovida com outras entidades fiscalizadoras, em particular o SEPNA-GNR, as BriPA da PSP e a Polícia Marítima, as quais procedem ao envio de autos de notícia para efeitos de instrução e decisão. Na maioria dos casos as infrações detetadas tiveram enquadramento no regime da utilização dos recursos hídricos e no regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas.

### Auditoria

Acompanhamento de **sete auditorias externas** (seis por entidades nacionais e uma pelo Tribunal de Contas Europeu); realização de uma auditoria externa (de caráter extraordinário); realização de uma auditoria interna ao processo aquisitivo da APA; elaboração do Código de Ética da Auditoria Interna; conclusão do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão (onde se incluem os Riscos de Corrupção e as Infrações Conexas).

### Proteção de Dados Pessoais

- Promoção de ações de formação para todos os colaboradores e para dirigentes sobre o **Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais**.
- Designação do **Encarregado de Proteção de Dados Pessoais**.
- **Diagnóstico sobre as atividades** que envolvem tratamento de dados pessoais e identificação de iniciativas prioritárias.
- Proposta de **Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais**.
- Proposta de formulário a adotar para efeito do **registo das atividades de tratamento** (artigo 30.º do RGPD).
- Emissão de **pareceres sobre conformidade** com o Regulamento Geral de Proteção de Dados.

## 4. Anexos

### Lista das Obras realizadas em 2018

Conclusão do projeto das “Dragagens da Zona Superior da Lagoa de Óbidos”

Início da elaboração da revisão do projeto de Reestruturação dos Esporões do Rio Alcoa – Nazaré

Estudos de Modelação para Apoio às Intervenções nas Praias da Costa da Caparica – Almada – elaborado pela APA, I.P. e pelo LNEC após celebração de protocolo

Lançamento do procedimento da “Dragagem dos Fundos Adjacentes e Remoção dos Inertes da ZALI para Reforço do Cordão Litoral a Sul da Costa Nova” - lançado pela APA, S.A. com a colaboração da APA, I.P. através de protocolo celebrado

Execução do “Estudo de Caracterização e Viabilidade de um Quebramar Destacado Multifuncional em Frente à Praia da Vagueira”

Consignação e conclusão das obras relativas à “Regularização do Leito Periférico Esquerdo, no Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego”

Consignação das empreitadas de “Limpeza de Vegetação e Desassoreamento do Leito periférico Direito, no Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego” e de “Reabilitação do Leito e dos Diques do Leito Central do Rio Mondego, no Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego”

Execução do projeto “Defesa Contra Cheias de Pombal”

Adjudicação dos Estudos de Impacte Ambiental (EIAs) da “Regularização do Rio Pranto” da “Regularização do Rio Ega” e da “Regularização da Ribeira de Ançã e Vala do Vale Travesso”, no Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego”

Estudo para a Gestão do Aproveitamento Hidráulico do Baixo Mondego

Intervenções no litoral entre as Praias do Furadouro e Vieira

Reconstituição do Cordão Dunar a Sul do Esporão n.º 5 da Cova Gala

Reabilitação dos ecossistemas ribeirinhos da Ribeira da Meia-Légua (Ribeira do Rodo)

Estabelecimento de conectividade entre as lagoas (a montante da cidade de Chaves) e o rio Tâmega, e estabilização das margens e leito com vista à minimização de riscos de inundações

Alimentação artificial das praias da Madalena, Valadares Norte e Sindicato, Vila Nova de Gaia

Reforço da proteção costeira e do passeio marginal na praia de Lavadores, Vila Nova de Gaia

Reforço estrutural da proteção costeira na praia da Granja e na praia de Valadares

Reforço estrutural do esporão norte de Espinho

Reforço da margem do rio Douro entre a Quinta dos Cubos (Oliveira do Douro) e o Cais de Esteiro (Avintes) – fase I, no concelho de Vila Nova de Gaia

Demolição e Reconstrução da escada da Torre da Medronheira e encerramento do balizamento existente, praia Maria Luísa, concelho de Albufeira - intervenção com carácter de urgência

Empreitada de construção de troço de escada de acesso à praia da Arrifana, concelho de Aljezur: intervenção com carácter de urgência

Demolição e remoção de construção na Praia dos Alemães, concelho de Albufeira

Requalificação da escada de acesso à praia Dona Ana, concelho de Lagos

Colocação de vedações em zonas de risco e regeneradores dunares no litoral do Algarve

Alimentação artificial e reforço do cordão dunar da frente mar de Alvor Nascente (em execução)

Intervenções nas arribas: colocação de sinalização de instabilidade e intervenção de saneamento